

Nº 276  
AGOSTO/1994  
R\$ 1,00

# EM TEMPO:

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PT

**PÁGINAS 7 E 8**

ENTREVISTA  
COM PAULO  
NOGUEIRA  
BAPTISTA

**PÁGINAS 14 A 16**

ENTREVISTA  
COM JOÃO  
PEDRO STÉDILE

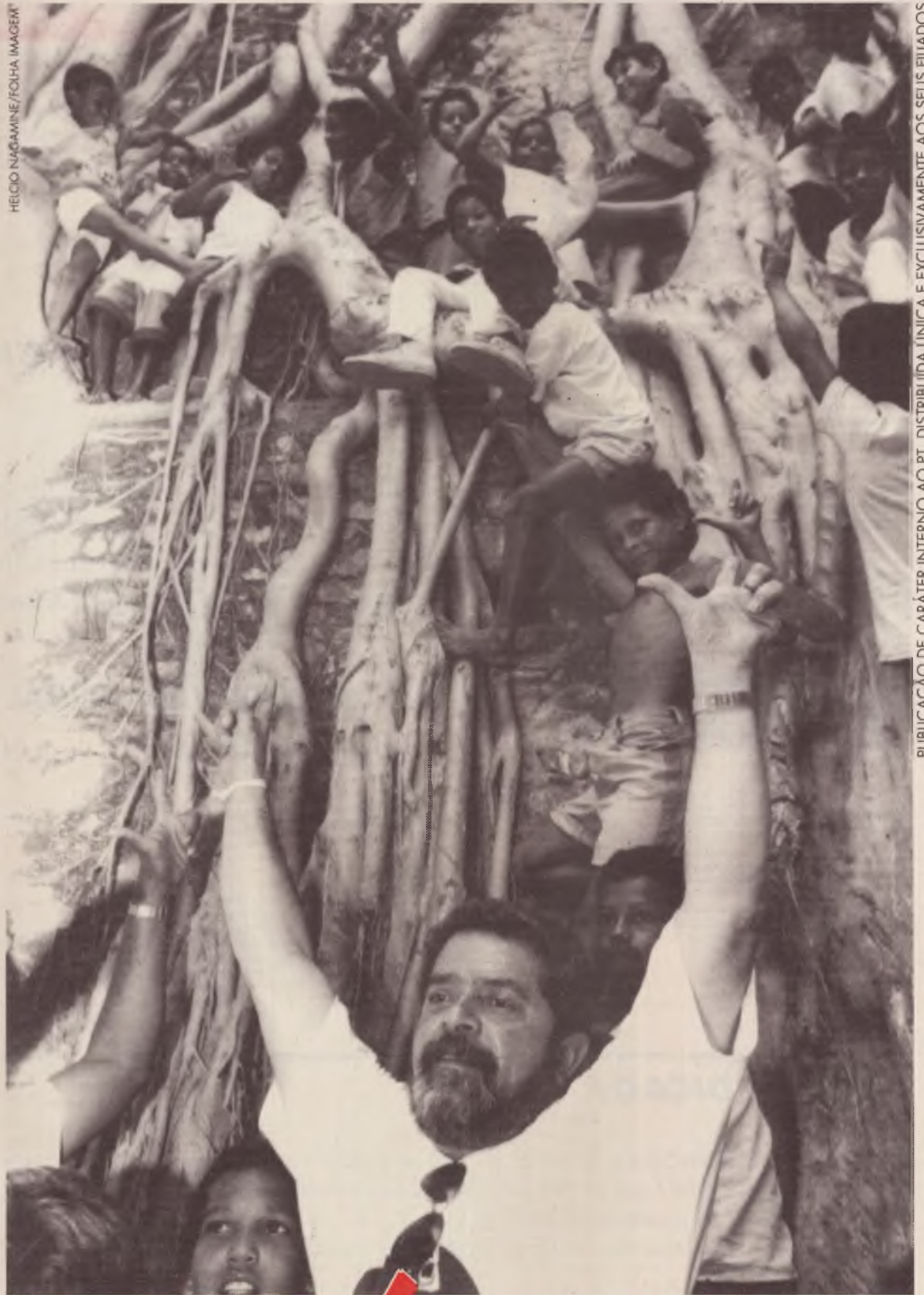
**PÁGINAS 24 E 25**

DOSSIÊ  
ÁFRICA DO SUL

**PÁGINAS 20 E 21**

TRABALHO,  
FAMÍLIA E  
CRECHE

HELICIO NAZARINE/FOUHA IMAGEM



PUBLICAÇÃO DE CARÁTER INTERNO AO PT, DISTRIBUÍDA ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AOS SEUS FILIADOS

AS ELEIÇÕES ESTÃO POLARIZADAS  
ENTRE A CANDIDATURA LULA COM  
PROPOSTAS DE MUDANÇA E A  
CANDIDATURA FERNANDO  
HENRIQUE COM A MANUTENÇÃO  
DO APARTEID SOCIAL.

**PÁGINAS 3 A 6**

# RAÍZES DA MUDANÇA





**1994 - LULA Presidente - Uma Revolução Democrática no Brasil**  
**Bases do Programa de Governo**

Saiu a edição final do Programa de Governo. Depois das discussões iniciais que tiveram um momento resolutivo durante o 9º Encontro Nacional do PT, vários setores de intervenção partidária e grupos de discussão temáticos encontraram um método para assimilar as sugestões do Encontro do Partido. Em alguns temas polêmicos o 9º Encontro deliberou. Sempre com a preocupação de encontrar o ponto máximo de consenso e manter a coerência de anos de acúmulo na formulação teórica e na prática milhares de militantes que forjam uma compreensão comum dos acontecimentos e das

tarefas, uma visão comum do que fazer neste Brasil, de passado colonial, dependente dos centros imperialistas e que a todo custo deve lutar para livrar-se deste jugo infame. Impedir a vitória eleitoral de FHC, do FMI e do ideário neoliberal é uma tarefa inadiável. Nunca foi tão forte dizer que devemos fazer o possível e o impossível para impedir FHC na presidência. Devemos eleger Lula Presidente. O Programa de Governo é uma arma nesta luta.

Adquira ou encomende seu exemplar. Para você e os amigos ou as amigas.

**Colabore para a sustentação da imprensa militante**  
**Assine EM TEMPO**

Os assinantes que optarem pela assinatura de apoio receberão junto com o jornal, documentos de debate teórico. Com este número, será remetido "A crise e as grandes evoluções da economia capitalista", de Maxime Durand. Junto com a edição de N° 277, será enviado o texto "Rumo a uma economia socializada", de Charles André Udry.



**EM TEMPO:**

**ASSINATURA ANUAL (10 edições)**

Apoio R\$ 20,00

Normal R\$ 10,00

Nome:.....

Endereço:.....

Cidade:.....UF.....telefone:.....Cep.....

Recorte e envie juntamente com um cheque nominal a Carlos Henrique Goulart Árabe  
 Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel: 66 5550

**NESTA EDIÇÃO:**

**Nacional**

- ★ Criar as condições para a vitória (p.3) ★ O necessário combate ao Plano (p.5)
- ★ O movimento sindical frente ao real (p.6) ★ Real: a grande arma contra Lula (p.7)

**Partido** ★ A ação parlamentar do PT (p.9)

**Sindical** ★ A regionalização da CUT (p.10) ★ Nova jornada no ABC (p.17)

**Campanha Lula**

- ★ Campanha deve politizar milhões (p.11)
- ★ A disputa em MG (p.12) ★ O desafio de São Paulo (p.13)

**Programa**

- ★ Uma reforma agrária feita pelos trabalhadores (p.14)
- ★ Orçamento federal participativo (p.28)

**Internacional**

- ★ Europa: a evolução na jornada de trabalho (p.18) ★ Governo Mandela abre nova etapa
- ★ A luta pelos rumos do CNA (p.24) ★ Africa do Sul: livres afinal! (p.25)

**Feminismo** ★ Trabalho, família e creche (p.20)

**Ecologia** ★ Imperialismo ecológico (p.22)

**Cultura** ★ Sexo e cultura dos sentimentos (p.27)

2 ★ AGOSTO 1994 ★ EM TEMPO 276

**EM TEMPO**

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

**Conselho Editorial:**

Américo Bernardes, Carlos Henrique Goulart Árabe, Elisabete Burigo, Helena Bonumá, Hugo Manso, Isaac Akelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilane Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

**Jornalista Responsável:**

Célia Regina de Souza  
 Reg MTB nº 18663 DRT/SP

**Equipe de Edição:**

José Corrêa Leite (edição), Caco Bisol (capa), Nelson Joia e Fabiano Ciambra (editoração) e Carlos Henrique Árabe

**Editoração:** Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda.

Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda  
 São Paulo - SP CEP 01151-000 Fone: 66 5550  
 Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 loja 04  
 Bom Fim - CEP 90035-090 Fone: 227 4642



# Criar as condições para a vitória

CARLOS HENRIQUE ÁRABE E JOSÉ CORRÊA LEITE

**A** disputa presidencial mudaram radicalmente e a nossa campanha, mesmo com sinais recentes que indicam uma alteração positiva, ainda não está a altura destas novas condições da disputa.

O quadro eleitoral vem mostrando que a classe dominante aprendeu a lição de 1989. Agora, construiu com muito cuidado uma ampla aliança, com uma clara referência programática no projeto neoliberal, e com um candidato "transformista" - um passado progressista que procura ocultar sua passagem e integração orgânica ao campo burguês - e que, por não ter sido devidamente confrontado (ele e seu partido), tem uma boa imagem junto à população. Quando Fernando Henrique tornou-se ministro já era saudado como candidato escolhido para tentar derrotar Lula. Seu plano de estabilização tem como matriz o modelo de combate à inflação do FMI e do Banco Mundial (ancorado no tripé abertura, privatização e renúncia à soberania nacional, expressa na adoção do dólar como verdadeira moeda). Na ausência de um combate mais efetivo e da apresentação de uma alternativa clara da nossa parte, o plano aparece como benéfico para a população ao conseguir estabilizar, ainda que momentaneamente, os preços.

Tanto o governo como FHC têm conseguido, então, passar uma imagem que podem resgatar uma parcela de esperança de mudança do povo. Naturalmente se trata do jogo simbólico do poderoso que se apieda pela sorte dos de baixo, mas nem por isso deixa de dar resultados.

A candidatura FHC é uma demonstração da força orgânica da burguesia brasileira. Mostra que o cenário do primeiro semestre era ilusório e que nossa classe dominante não abrirá mão do governo sem muita luta. Mostra, enfim, que temos um adversário perigoso e que para derrotá-lo, teremos que ter muito mais acertos do que tivemos tanto em 1989 como até agora nesta campanha.

## O clima do "já ganhou"

A candidatura Lula entrou no novo cenário da disputa estabelecida pelo Plano Real movendo-se da mesma forma que fazia em maio e junho, quando tinha em torno de 40% de intenção de votos. Este índice era, de fato, fruto de uma situação de ausência de disputa, onde a candidatura monopolizava as atenções. Aí, uma campanha que não demarcava poderia até ter alguma eficácia eleitoral. Difundiu-se a idéia de uma campanha comparativamente mais fácil, com pouca disputa e polarização, sem articulação com a radicalização social potencial do país. A partir de um sentimento de vitória quase certa ganhou terreno a preocupação com a "governabilidade" para 1995 e até a disputa de posições no "futuro governo".

Ao longo de todo o período até junho, a campanha combinou dois aspectos: as caravanas de Lula pelas regiões mais desamparadas do país, onde as questões sociais eram discutidas diretamente com a população e que tiveram o grande mérito de atingir setores normalmente impermeáveis ao nosso discurso e propostas; e um discurso geral que buscava incorporar toda a nação, que privilegiava os pobres mas não atacava diretamente os ricos, que não vinculava Lula a um programa político de mudanças profundas e de combate aos privilégios, num tom diferente daquele anunciado pelas resoluções dos 8º e 9º Encontros Nacionais.

A autonomia do processo da disputa presidencial face às eleições nos estados e uma dessintonia entre a campanha Lula e as dos candidatos a governadores reforçaram esta estratégia de pouca polarização.

Esta linha de campanha não levou à mobilização militante. Prevaleceu, na prática, uma linha do "já ganhou".

## Grandes dificuldades

Em um momento crucial, coincidindo com o lançamento da fase III do Plano Real, explodiram as denúncias contra Bisol. A resposta a esta questão tomou o lugar da resposta ao plano. Deparamos-nos com uma complexa situação de falta

de unidade para responder ao ataque cerrado contra o vice e a incapacidade de articular um ataque à principal iniciativa do adversário.

O problema da candidatura a vice-presidente da Frente evidenciou debilidades importantes da direção da campanha. A denúncia contra Bisol surgiu na imprensa em 26 de junho e foi crescendo como parte de uma autêntica guerra travada pela grande imprensa contra o partido. A comparação com o tratamento dado às denúncias contra o vice de Fernando Henrique, Guilherme Palmeira, sobre o qual pesavam acusações muito mais sérias, mostra, como se precisasse, de que lado está a imprensa. O processo ganhou uma dimensão crescente em função da reação desconexa do partido aos ataques que sofria. A bancada federal chegou ao cúmulo de fazer um elogio à imprensa que nos golpeava. A nota distribuída pela bancada afirma que "cumprindo seu papel fiscalizador, a imprensa vem cobrando, legitimamente, mudanças na sistemática da elaboração orçamentária. Consideramos algumas dessas críticas da imprensa sobre valores e finalidades de algumas emendas, inclusive nossas, e reavaliemos a posição que adotamos em relação ao orçamento de

**A montagem da candidatura das elites começou com a nomeação de Fernando Henrique para a Fazenda.**



Osvaldo Dias de Oliveira/Folha Imagem

## Diretório debate campanha

*A reunião do Diretório Nacional, realizada 12 e 13 de agosto, representou um momento de continuidade do processo de redefinição da linha da campanha Lula Presidente. A maioria das colocações salientou sobretudo a necessidade de deixar clara a polarização entre dois projetos: o democrático e popular, dos pobres, do povo, que é um projeto com conteúdo social e nacional, contra o projeto neoliberal, da modernização conservadora, dos ricos, das elites, que é um projeto de desintegração social e nacional, de integração subalterna da economia brasileira na economia mundial.*

*Ao mesmo tempo, foi ressaltado que é preciso criticar Fernando Henrique não apenas pelas suas alianças de direita, mas pelo fato de que é ele quem encabeça o projeto neoliberal hoje no Brasil - a sua*

*posição conservadora tem sido evidenciada pelo menos desde que ele defendeu a adesão ao governo Collor, pouco antes do processo de impeachment. Ainda nesta linha, é importante denunciar que o conjunto das classes dominantes se unificou em torno a Fernando Henrique, com apoio direto das instituições que representam o grande capital internacional, como o FMI e Banco Mundial. A deslavada utilização do aparelho de Estado em favor de um candidato se iguala a práticas da República Velha.*

*Outra idéia amplamente majoritária no DN é a necessidade de dar atenção especial à militância e à luta social: é neste terreno que se decidirão as eleições, inclusive porque com as novas regras do horário eleitoral ele terá nessas eleições um peso menor do que em 1989. □*

João Machado



1994". A situação se tornou então insustentável.

O longo e desgastante processo em torno ao vice teve um desfecho conduzido de forma sumária com a indicação de Aloizio Mercadante para o lugar de Bisol, cuja avaliação mais detida não cabe neste momento, mas deve ser objeto de um balanço pelo partido após as eleições.

### O Plano Real

O Plano Real vinha sendo montado e encaminhado pelo governo há quase um ano, com sua fase decisiva a ser implantada às vésperas da eleição. A direção do PT já tinha expresso sua clara oposição a ele, apesar das vacilações da bancada.

Depois, na cadência dominante na campanha, o Plano foi denunciado como um estelionato eleitoral, mas sem que qualquer consequência prática fosse tirada disso.

O partido debateu, em maio e junho, a necessidade de apresentar sua visão alternativa sobre como combater a inflação, o que não foi adiante como resultado tanto da defensiva colocada pela forma com que se respondeu a questão Bisol como da subestimação da importância do tema inflação e dos efeitos imediatos do plano (apreciação esta que dividiu os economistas, mas que acabou prevalecendo).

O fato é que desde então nossas colocações sobre o Plano Real tem oscilado ao sabor das situações de momento, destacando aspectos como as perdas salariais, a perspectiva de recrudescimento da inflação nos próximos meses, o risco de desemprego ou da recessão.

Em determinados momentos caímos em uma verdadeira armadilha. Para não passar a idéia que não nos preocupamos com a questão da inflação, chegou-se a admitir que o real já seria uma "moeda forte" - conferindo, portanto, legitimidade ao discurso de FHC - e apontando para o que "faltava" ao plano (salário, emprego, etc). Evidente que colocações deste tipo ajudam o adversário: ninguém melhor que os autores do plano para "completá-lo". O que é preciso enfatizar é que salário fraco, desemprego, crise sem precedentes na saúde e em todos os bens públicos foram a pré-condição para a nova moeda e não elementos que faltam.

Uma análise lúcida indica que o governo dispõe de instrumentos para conter o crescimento da inflação por alguns meses, sem recessão ou uma explosão do desemprego. Provavelmente os problemas do Plano Real só deverão eclodir com peso no final do ano. A implicação disto é que uma resposta adequada a ele ainda não foi dada e exige uma grande concentração de energia e capacidade da nossa campanha.

O efeito mais dramático desta combinação de problemas (Bisol e real) foi a perda da iniciativa e virada na agenda na disputa presidencial. A sua retomada nos prazos exíguos que temos exige acelerar e condensar as mudanças importantes que devemos empreender na linha de campanha.

### Um novo rumo para a campanha

As modificações positivas que começam a se concretizar na campanha apontam para a polarização política com FHC demonstrando o caráter conservador da aliança que o sustenta e para a necessidade de dirigir-se centralmente ao povo pobre. Há assim um início de alteração do discurso, um começo de retomada das nossas propostas de reformas estruturais e um apelo à militância para a campanha do corpo a corpo.

Mas para a consolidação em um novo curso da campanha e para representar um necessário choque de confiança, entusiasmo e garra na luta pela vitória, é preciso uma mudança global, condensada e rápida.

Em primeiro lugar, não há polarização política sem polarização social. Para atacar FHC é preciso atacar as elites que estão com ele. É preciso reacender o desejo de justiça dos pobres e de cobrança sobre os ricos. Não há benefício para o povo sem fazer com que os ganharam até agora passem a perder. Não nos interessa dissipar os antagonismos de classe. Isto não quer dizer deixar de disputar os setores médios: estes terão ganhos, e muitos, com o nosso governo (para dar um exemplo: a requalificação dos serviços públicos beneficiará também os que hoje são obrigados a emagrecer o orçamento doméstico com o ensino privado e caro, os convênios privados de saúde, etc).

É neste contexto que ganha força o conjunto de reformas estruturais que propomos e o sentido da revolução democrática que desencadaremos e que tem que estar fincada na alma do povo.

É preciso indicar com clareza cinco rupturas que julgamos

**A estratégia de pouca polarização facilitou a autonomia da disputa presidencial em relação às estaduais, nos enfraquecendo.**

**O caminho da vitória começa com a polarização política e social.**



necessárias e que são o oposto do que significa FHC:

- romper a cadeia da privatização do Estado pelas grandes companhias, empreiteiras e bancos, da qual a corrupção é a expressão mais acabada;
- romper a cadeia da especulação financeira com o serviço da dívida pública que torna o orçamento da União presa dos bancos e que corta cada vez mais os gastos sociais;
- romper a cadeia dos acordos da dívida externa e a submissão ao FMI, que impede o Estado de ter soberania e uma política de desenvolvimento e distribuição de renda;
- romper a cadeia de interesses do latifúndio e do grande capital no campo que impede a reforma agrária e uma política de desenvolvimento agrícola voltada ao mercado interno;
- romper a cadeia da exclusão social e da exclusão política.

### O ataque ao Real

Não podemos, nesta disputa, contornar o problema do Plano Real. O Plano já custou caro à sociedade e aquilo que aparentemente lhe falta é a sua própria condição de existência:

- o salário mínimo mais ínfimo da história ao lado do nível de preços da cesta básica mais alto;
- o desemprego continuado e promovido ao longo da gestão FHC na Fazenda;
- a destruição dos serviços públicos que foi executada sob o comando de FHC, continuando a "obra" de Collor;
- a ausência da tributação progressiva e o alívio das dívidas dos latifundiários;
- a renúncia à soberania nacional, com o real, propagandado como moeda "forte", escorado à sombra do dólar (vide a ênfase nas reservas em dólar), esta sim a verdadeira moeda forte. O Plano colocou o país em uma rota de dependência ainda mais profunda e face a uma maior incerteza de futuro como nação.

Há, enfim, em todo este debate sobre linha de campanha um problema recorrente de avaliação da eficácia eleitoral de uma postura de "moderação" ou de "radicalidade". E aí temos que defender uma posição clara: evidenciar os antagonismos sociais subjacentes a cada candidatura e fazer o debate de projetos de reorganização da nação. A diferença entre Lula e Fernando Henrique não pode parecer ser de "estilos de governo". Frente as potencialidades da coalizão conservadora que sustenta Fernando Henrique e frente ao significado sem precedentes desta disputa, a luta pela nossa vitória será um caminho duríssimo mas que conta com energias que é preciso avivar e que é possível percorrer e vencer. Precisa empolgar a militância e o conjunto dos ativistas sociais e deslanchar um amplo movimento social e político por reformas profundas. O caminho para a vitória na disputa presidencial é criar a polarização necessária para galvanizar a insatisfação, a esperança e a vontade de mudança das maiorias nacionais. □



# O necessário combate ao Plano

JOÃO MACHADO

**E**ntamos, após 1º de julho, em uma fase da campanha presidencial completamente distinta de todo o período anterior.

Após a substituição do vice, fica evidente que o nosso grande problema é mesmo o Plano Real. O governo e seu candidato passaram a ter um excelente argumento de campanha. A candidatura Lula, por outro lado, ficou na defensiva, e sofreu quedas seguidas nas intenções de voto. A situação nas pesquisas em meados de agosto é desfavorável, e não sabemos se está estabilizada. Para chegarmos à vitória, precisamos retomar a iniciativa e inverter a tendência das últimas semanas. A análise apresentada na entrevista de Paulo Nogueira Batista Jr. (páginas 7 e 8), deixa claro que não é provável que o Plano estoure até as eleições, e que até lá não será fácil fazer a sua crítica.

É certo que temos muitas coisas negativas para apontar no Plano, mas dizem respeito em grande medida a previsões para o futuro, ou a questões com conteúdo mais ideológico, ou a questões das fases I e II do Plano que a população não associa ao real. É certo também que a população desconfia de que o Plano só foi feito para durar até as eleições, e enxerga suas intenções eleitoreiras. Podemos fundamentar esta desconfiança lembrando dos vários Planos que baixaram a inflação por alguns meses. Mas o fato é que a população quer o fim da inflação, se agarra a uma esperança, e não vê com bons olhos uma postura de "torcer pra dar errado".

Além disso, toda a mídia trabalha com todo o seu poder de fogo para criar e reforçar uma posição favorável ao Plano Real e para desqualificar os seus críticos.

É necessário, portanto, encarar de frente as dificuldades.

## A subestimação do impacto do Real

Nossos trunfos mais importantes para a disputa eleitoral são a identificação da candidatura Lula com os interesses da grande maioria da população, o desempenho do próprio candidato nos comícios, na TV e no rádio, a força da nossa militância e a sua vinculação com a luta social.

Mas precisamos também encontrar a melhor maneira de fazer a crítica ao Plano Real e de apresentar nossa visão do combate à inflação.

Cometemos erros importantes que nos dificultam esta tarefa agora. Após um momento inicial em que houve uma tendência de não atacar de forma muito dura o Plano na ilusão de uma possível aliança com o PSDB (quando o Plano foi lançado, a bancada federal do PT estava empenhada em conseguir uma autorização da direção do partido para poder "obstruir por dentro" a revisão constitucional, inclusive para poder apresentar propostas para o Fundo Social de Emergência), predominou uma subestimação dos possíveis efeitos do Plano. Criticamos o Plano Real como uma tentativa de "estelionato eleitoral", mas de fato não levávamos a ameaça implícita nesta caracterização muito a sério. Embora mencionássemos em alguns textos (como na resolução sobre conjuntura e tática eleitoral do 9º Encontro) a possibilidade de cairmos nas pesquisas e de enfrentarmos uma situação difícil, na verdade não contávamos realmente com isso.

É verdade que vários economistas do PT, ou apoiadores da candidatura Lula, apontaram o risco que representaria para nosso desempenho eleitoral o fato de que o Plano Real, apesar de suas muitas debilidades e de sua orientação conservadora, teria condições de fazer a inflação baixar muito por alguns meses (justamente os meses anteriores à eleição). Defendemos a necessidade de a candidatura Lula sair na frente, apresentando com destaque sua proposta de plano de estabilização, combinado com desenvolvimento econômico e distribuição de renda, e fazendo as críticas ao Plano Real antes que este produzisse seus efeitos. O próprio Lula defendeu um encaminhamento deste tipo, do mesmo modo que muitos dirigentes do PT.

## Divergências entre os economistas

Mas duas ordens de dificuldades impediram que uma

iniciativa como esta, que reduziria muito o nosso prejuízo eleitoral com o impacto da nova moeda, como é fácil perceber agora, fosse levada à prática: as divergências entre os economistas, e a tendência de grande parte da esquerda de subestimar o peso que a questão da inflação tem junto à população.

As divergências, além de significarem dificuldade de desenvolver mais nossas propostas de combate à inflação, contribuíram para a subestimação: muitos economistas afirmaram que o Plano Real tinha sido elaborado sem nenhuma competência, que estouraria já em março (com o início da implantação da URV) ou em julho, com as altas de preços do início do real.

A confusão e a dificuldade de fazer uma avaliação mais precisa do Plano continuaram mesmo depois de 1º de julho. Muitos economistas tenderam a exagerar as perdas salariais (reais, e expressivas para os trabalhadores que tiveram seus salários convertidos em URV estritamente com as regras do Plano, e não tiveram abono - caso do salário mínimo) e a subestimar o ganho de renda líquida que todos os que não tinham acesso à moeda indexada teriam com a redução drástica da inflação (ganho que será, certamente, corroído pela inflação em real nos próximos meses).

Do mesmo modo, muitos economistas previram uma recessão grave a partir de julho (provocada pelas perdas salariais e pelas altas taxas de juros), subestimando a margem de manobra do governo para conduzir uma baixa gradativa dos juros, do mesmo modo que subestimaram os efeitos expansivos sobre a demanda da redução drástica do imposto inflacionário e da possibilidade de crescimento das vendas a crédito com a estabilização monetária e a possibilidade de juros nominais muito mais baixos.

Junto com estes erros de avaliação circulou a idéia de que a reação favorável da população ao Plano Real se devia apenas à propaganda massacrante. A propaganda teve um peso muito importante, mas apoiou-se em uma base real no curto prazo.

Também dificultou o posicionamento nesta questão a forte tendência de parte da esquerda de subestimar a inflação, e tratá-la com certa condescendência. Isto é uma herança de debates das décadas de 50 e 60, quando os conservadores insistiam na prioridade do combate à inflação e os progressistas defendiam a prioridade do desenvolvimento. O contexto então era muito diferente do de hoje, e a inflação anual era de 20 ou 30%, e jamais superior a 100%. Esta visão não atenta para o fato de que a inflação tem um caráter de classe dos mais perversos: é bem suportada, ou até vantajosa, para as camadas superiores da sociedade (inclusive por parte dos setores médios), e absolutamente cruel para os mais pobres.

O nosso programa deu uma ênfase razoável à questão da inflação, à sua influência na miséria do povo e à necessidade de combatê-la. Mas com as divergências, as diferenças de sensibilidade e a consequente subestimação do Plano Real, ela terminou secundarizada na nossa campanha. Isto afinal permitiu que o governo e Fernando Henrique pudessem passar a idéia de que Lula e o PT não se preocupam com a inflação e não têm propostas para acabar com ela.

Ficamos, portanto, numa situação defensiva.

**O real é núcleo de sustentação da candidatura FHC. Por isso seu combate é parte de nossa estratégia.**



**Nossa alternativa de combate à inflação é frontalmente oposta à das elites.**



## Nosso combate ao Plano Real

Nosso desafio, agora, é conseguir mostrar que queremos o fim da inflação tanto quanto qualquer trabalhador, e que é por isso que criticamos o Plano Real.

Em primeiro lugar, porque seu caráter eleitoral fez dele um plano precário, que só funcionará por alguns meses; depois outras medidas terão de ser tomadas para corrigir o que já foi feito.

Além disso, Fernando Henrique e a equipe econômica, por estarem aliados com o PFL, o PTB, os banqueiros, o grande capital - setores que sempre ganharam com a inflação - não poderão fazer o que é necessário para acabar de fato com a inflação. Não fizeram e não farão um ajuste das contas públicas que permita a ampliação dos gastos em saúde, educação, habitação, etc, bem como dos investimentos na infra-estrutura produtiva; não eliminarão o desvio de recursos para a corrupção; não reduzirão o pagamento de juros e encargos financeiros;

- o fato de Fernando Henrique ser o representante brasileiro dos interesses internacionais (sobretudo do "Consenso de Washington") leva a que ele encaminhe um Plano que aprofunda a dependência da economia brasileira, que fragiliza a indústria nacional (contribuindo para reduzir os empregos), privilegia o pagamento da dívida externa (agravando o

problema do orçamento público);

- o fato de que Fernando Henrique seja o candidato dos grandes empresários obriga a que faça um Plano que não estabeleça formas de controle dos oligopólios, que dá um tratamento muito mais favorável aos preços do que aos salários; que encara como uma grande ameaça qualquer elevação do salário mínimo, mesmo ele estando no nível mais baixo da história, e qualquer movimento de sindicatos para conseguir reposição de perdas salariais.

Ou seja, temos de mostrar que o Plano de Fernando Henrique tem problemas pelo seu eleitoralismo, que levou a jogar muitas questões para a frente, e pelos interesses sociais com que está aliado e defende; e que nós temos propostas que têm mais condições de fazer baixar a inflação de forma duradoura e de forma compatível com os interesses populares.

Além disso, é fundamental mostrar que estas divergências entre nossa visão e a de Fernando Henrique na questão da inflação se colocam como divergências de projetos estratégicos: o nosso, democrático e popular, centrado no desenvolvimento nacional com distribuição de renda, e o dele neoliberal, voltado para aprofundar a dependência brasileira, para uma inserção subalterna na economia internacional, com a consequente ampliação das desigualdades sociais em nome da "liberdade de mercado" e da "modernização". □

# O movimento sindical frente o real

RAFAEL FREIRE

**A** fase final do Plano FHC, a implantação da nova moeda, é a batalha decisiva para a burguesia na disputa política deste ano. O volume de campanha publicitária desenvolvido a partir do governo em defesa do plano e seu candidato é impressionante. E dentro dessa estratégia o ataque aos sindicatos, com a CUT à cabeça, tem um papel chave.

O plano congelou tudo (salários, tarifas, cambio, etc.) menos os preços. Estes entram na fase da estabilização em níveis altíssimos, cristalizando perdas dos salários. Como reconhecem economistas de diversas tendências, é a "âncora salarial" dos salários congelados por 12 meses (até cada data base) o alicerce do plano.

A queda abrupta das taxas de inflação traz uma sensação de alívio para as camadas de salários menores que os setores conservadores buscam explorar com fins eleitorais. É também isso que é manipulado contra as reivindicações de recuperação das perdas.

## O papel da CUT

Para o movimento sindical está colocado o desafio de combinar a defesa dos salários e condições de vida, com o ataque à inflação e aqueles que se beneficiam dela (e que são os que mais vociferam contra os sindicatos).

Na preparação desse embate a CUT denunciou os cortes produzidos nas áreas sociais com o Fundo Social de Emergência (FSE), promoveu mobilizações no período da URV, organizou com outras entidades o Grito da Terra Brasil, e já realizou em categorias estratégicas movimentos defensivos na introdução do Real (greves dos telefônicos, petroleiros, portuários).

O principal desafio, no entanto, é colocar as reivindicações dos trabalhadores como uma luta geral e não apenas de defesa de interesses localizados. Nesta perspectiva estão sendo

organizadas a Marcha Unificada pelo Salário e o Emprego em 25 de agosto, já com a presença das categorias que têm data base em setembro-novembro (bancários, petroleiros, metalúrgicos, químicos, etc.) e uma atividade de denúncia da situação da saúde, educação e previdência em meados de setembro. Combinando com as campanhas sindicais a CUT reivindicará frente ao Congresso Nacional uma política salarial de reajuste mensal automático (contrapondo-se ao congelamento dos salários que consta no plano). Estas medidas virão combinadas com a denúncia, pela CUT e seus sindicatos, do que significam as propostas neoliberais de FHC para as maiorias.

## Argumentos face ao real

Como linha de argumentação política geral a direção da CUT definiu como questões prioritárias:

a) Os preços na implantação do Real ficaram em níveis estratosféricos pelo que sua simples estabilização não traz melhoria para as maiorias;

b) São os trabalhadores os maiores interessados na queda da inflação e os principais prejudicados pela inflação (assim como devem ser denunciados os que se aproveitam dela: banqueiros, grandes empresários, etc.) No entanto, o Plano Real não vai acabar com a inflação mas apenas diminuir as taxas até que as eleições passem (tal como no Cruzado em 1986, no Plano Collor I em 1990);

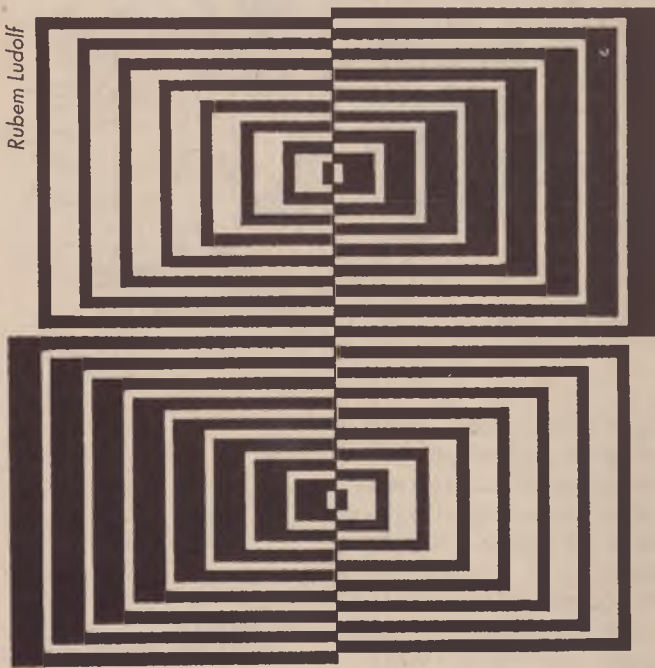
c) Apenas os trabalhadores foram penalizados pelo plano ao serem cristalizadas perdas na passagem para a URV e provocadas perdas adicionais até a introdução da nova moeda;

d) O plano tem promovido um gigantesco sucateamento dos serviços públicos (com brutais cortes orçamentários), abrindo também caminho para a dilapidação em níveis nunca vistos do patrimônio público com privatizações selvagens (através do Fundo de Amortização da Dívida Federal);

e) O impacto imediato do plano tem sido negativo sobre o nível de emprego e, a médio prazo, a ser mantida a política cambial (de dolarização mesmo que envergonhada) e monetária (de altíssimos juros) tenderá a jogar o país numa recessão e a provocar um maior sucateamento de setores afetados pela abertura comercial - comprometendo ainda mais os níveis de emprego no país.

As mobilizações sindicais virão. Existe vontade política para organizá-las. Nosso desafio é sintonizá-las com os interesses das maiorias e com a denúncia do modelo econômico excludente que inspira o plano e seu candidato. □

Rubem Ludolf





# Real: arma contra Lula

ENTREVISTA COM PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

**P**aulo Nogueira é economista, professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Integrante da equipe do ex-Ministro da Fazenda Dilson Funaro, foi um dos principais responsáveis pela moratória da dívida externa promovida, em fevereiro de 1987, pelo governo Sarney. Nesta entrevista a José Corrêa sobre o Plano Real, Paulo Nogueira alerta para o risco da esquerda subestimar a importância que o tema da inflação tem para a população e afirma que o estrago eleitoral do Real para as candidaturas da Frente Brasil Popular pode ser grande.

**O Plano Real consiste em mais uma etapa do "ajuste estrutural" que a economia brasileira vem vivendo nos últimos anos. Quais foram, até agora, os passos fundamentais deste processo?**

O Plano Real pode ser visto como parte de um processo de adaptação da política econômica brasileira ao padrão que vem sendo praticado na América Latina nos últimos anos sob orientação do "Consenso de Washington". O chamado Plano Real não é um plano de reformas estruturais e não contém nem mesmo as iniciativas necessárias para o combate duradouro à inflação. Mas se aproxima, por suas características, do estilo de política econômica considerado adequado pelos organismos internacionais.

Ele está inserido num conjunto de medidas que incluem a liberalização do comércio exterior, que ocorreu sobretudo a partir do governo Collor. Daí resultou a eliminação de muitas barreiras não-tarifárias e a redução da tarifa média de importação. Esta estava em apenas 14% *ad valorem*, um nível muito baixo em comparação com a experiência brasileira, mesmo antes das recentes reduções para tentar combater aumentos de preços.

Inseriu-se também num conjunto de medidas de reintegração nos mercados financeiros internacionais, que teve dois momentos: a renegociação da dívida externa nos marcos do Plano Brady, que já vinha sendo aplicado a outros países da América Latina; e a volta do Brasil à tomada de recursos no mercados financeiros internacionais, como resultado da expansão geral da liquidez em dólar nos últimos anos.

**Quanto ao Plano em si, quais são suas características fundamentais?**

O Ministério da Fazenda e o Banco Central têm um poder enorme, já comprovado diversas vezes, de produzir baixas expressivas mas momentâneas da taxa de inflação. Eles promoveram uma ampla, embora incompleta, desindexação da economia, inclusive dos salários, e fizeram a estabilização aproximada de uma série de preços fundamentais: a taxa de câmbio, as tarifas e preços públicos, os impostos, desindexaram uma série de contratos, inclusive os alugueis. Conseguiram, através de uma ação direta sobre o sistema de contratos e de preços, eliminar grande parte da inflação no curto prazo.

Mas para que esta estabilidade se sustente ao longo do tempo, é preciso mudar a estratégia de ajustamento fiscal e as regras que regem a criação de moeda na economia, e isso não foi feito.

Deste ponto de vista, o plano é bastante frouxo. O ajuste fiscal foi uma operação emergencial. Na parte monetária, fixaram um teto para a taxa de câmbio nominal, a exemplo do que foi feito na Argentina, que pode, porém, ser alterado a qualquer momento pelo Conselho Monetário. Fixaram também limites trimestrais de expansão da base monetária, mas de maneira bastante generosa e flexível para este governo, sucessivamente 7,5 bilhões de reais, 8,5 bilhões e 9,5 bilhões de reais; e sobre estes valores se permite uma ampliação de 20% com base em decisão do Conselho Monetário.

O Plano Real se parece muito com os programas de estabilização anteriores desde o Cruzado, que atacam a superfície do problema inflacionário, através do semi-congelamento ou congelamento de alguns preços fundamentais da economia e sua desindexação, mas que não conseguem



Fernanda Estima

atacar a raiz do processo inflacionário. O governo não tinha condições políticas de fazer isso: era um governo em fim de mandato, que não tinha base parlamentar e apoio político para realizar uma reforma fiscal e monetária efetiva.

**Como ficaram os salários neste processo?**

Embora não tenhamos ainda todas as informações, podemos dizer que ocorreram perdas para os salários que permaneceram fixos em URV - o salário mínimo e o das categorias que não conseguiram negociar reajustes e antecipações - mas, de outro lado, muitos setores conseguiram negociar reajustes já durante a fase da URV. E a queda da inflação a partir de julho representa um alívio para grande parte da população.

Os salários não estavam congelados em URV e nem estão congelados em reais. O que houve foi uma desindexação salarial: os contratos salariais, assim como os demais contratos da economia, não podem conter cláusulas de indexação para prazos inferiores a um ano. Mas pode-se negociar antecipações e reajustes fora da data-base. Na prática isso congela os salários daqueles setores que não têm poder de barganha para negociar fora da data-base, deixando-os mais desprotegidos.

Mas as notícias incompletas que temos sobre o comportamento dos salários durante a vigência da URV e agora neste início do real, mostram que muitas categorias estão pressionando e conseguindo negociar aumentos e antecipações em URV e em real fora da data-base.

Houve perdas para o salário mínimo e para os salários que ficaram presos em termos nominais à URV, porque houve inflação em URV - pelo ICV da FIPE, ela foi de 10,5% no acumulado de março a junho - e uma inflação de 7% em reais em julho. A perda se deu sobretudo na passagem da URV para o real porque aí houve muitos reajustes de preços e de margens de lucro.

Devemos contrapor a isso os efeitos do fim do imposto inflacionário sobre os trabalhadores das faixas de menor poder aquisitivo, que não têm acesso ao sistema bancário e à moeda indexada. A inflação é sobretudo um imposto que recai sobre estas faixas da população. Elas estão tendo um ganho de renda real com a queda da inflação, embora este seja difícil de quantificar, porque depende de como os gastos de cada um se distribuem durante o mês e de qual será a inflação em real nos próximos meses.

Há também um ganho não mensurável de bem-estar para a população em geral e em particular para a população de baixa renda, que não está mais sendo obrigada a antecipar compras sem poder escolher direito, avaliar qualidade, comparar preços etc.

**Um dos pontos mais criticados do plano foi o estabelecimento de um teto para variação taxa de câmbio. Quais as consequências disso?**

**O Plano Real é a grande arma contra a candidatura Lula e temos que ter capacidade de desmistificá-lo.**

**Temos que fazer uma crítica que reconheça o valor que a população atribui à estabilidade.**



**O PT deve demonstrar que insere a luta contra a inflação num programa de reorganização global da economia.**

O uso de uma âncora cambial baseada no dólar foi uma das características mais marcantes dos programas de estabilização na América Latina nos últimos anos. A ancoragem no dólar é um elemento fundamental da forma como se encara a estabilização em Washington. O Plano Real é uma dolarização parcial, sobretudo através da forma como a taxa de câmbio é definida. A URV tinha uma paridade virtualmente fixa e unitária com o dólar. Ao induzir o sistema econômico a se referenciar a este indexador, o que o governo fez foi induzir uma dolarização parcial dos preços e salários da economia. Preparava, assim, o lançamento de uma âncora cambial - o que foi efetivamente feito a partir de 1º de julho através da fixação de uma teto do preço de venda do dólar, como já tinha sido feito na Argentina no Plano Cavallo. Este teto é uma paridade unitária, na base de um para um, o que reforça a vinculação psicológica com o dólar e o elemento de dolarização do Plano.

Mas isso foi feito de forma flexível e parcial, não tão rígida como na Argentina. É como se o governo tivesse deixado engatilhada a opção por um programa mais forte de estabilização com vinculação no dólar para a hipótese de vitória do Fernando Henrique, que é o candidato que hoje mais se identifica com os interesses internacionais.

Quais as implicações da maneira como foi estabelecida a taxa de câmbio? Do início de 1992 até junho de 1994, ocorreu uma valorização acumulada do câmbio de cerca de 8%. Agora o governo fixou um teto para a taxa de câmbio mas permitiu, num primeiro momento, que o câmbio ficasse abaixo desse teto. A desvalorização do dólar em relação ao real foi muito conveniente do ponto de vista propagandístico e para conter a entrada de capitais de curto prazo. Mas do ponto de vista dos exportadores, ocorreu uma mídi-valorização da moeda brasileira de cerca de 10% até agora, surpreendendo grande parte dos agentes econômicos. Ela se acumula sobre a valorização que tinha ocorrido antes, somando quase 20%. E como devemos ter inflação em reais mais alta que a inflação norte-americana ao longo do segundo semestre, isso provocará uma valorização real adicional que se acumulará sobre a defasagem já existente.

Isso vai provocar uma perda de competitividade das exportações e de setores da economia que competem com importações. Como já tivemos um processo de liberalização comercial forte, a economia brasileira estará exposta, a partir do segundo semestre, à concorrência internacional como jamais esteve antes. Isso pode colocar em risco certos setores que não têm condições de se adaptar com rapidez.

Outro problema é que provavelmente o superávit da balança comercial cairá ainda mais: ele passou de 15,5 bilhões de dólares em 1992 para 13,1 bilhões em 1993 e deve ficar abaixo disso em 1994. Se este tipo de política cambial e de comércio exterior prosseguir, o superávit pode cair ainda mais em 1995, resultando num desequilíbrio do balanço de pagamentos em conta corrente, o que significa dependência de financiamento externo.

**Como você vê a manutenção de taxas de juros elevadas?**

A taxa de juros de julho ficou acima do que o mercado esperava. As taxas de juros do overnight foram de cerca de 7% para uma provável inflação ponta a ponta em julho de 2%, uma taxa real de 5% ao mês, o que representa cerca de 80% ao ano.

Mas o governo não manterá a taxa de juros neste nível, tanto pelo impacto enorme que isso teria sobre a dívida pública como porque eles não têm interesse em que se materialize um quadro recessivo às vésperas das eleições. Não teremos um cenário do tipo Plano Cruzado, mas teremos alguma reativação moderada do consumo. O Banco Central administrará a taxa de juros sinalizando, de um lado, que a estabilização persistirá e, de outro, evitando que se estabeleça um quadro recessivo.

**O Plano será, então, eficaz para os objetivos eleitorais que estão determinando sua implantação?**

Eu acho que sim. O Plano foi calibrado para isso. Até o *timing* do lançamento da nova moeda reflete isso. O Ministério da Fazenda percebia, provavelmente desde o final do ano passado, que o governo Itamar não teria condições de sustentar por muito tempo uma taxa de inflação baixa - exatamente porque não tinha condições, por sua fragilidade política, de atacar as causas fundamentais do processo inflacionário. A equipe econômica decidiu, então, segurar a fase decisiva do lançamento da nova moeda até praticamente as vésperas do primeiro turno, para ter segurança de que conseguiriam manter a taxa de inflação muito baixa, inferior a 5% ao mês nos meses que antecedem às eleições.

Vamos ter até outubro uma taxa de inflação neste patamar, com uma recuperação parcial do poder de compra daqueles setores que não tinham acesso à moeda indexada e um ganho de bem-estar da grande massa da população, associado a presença de uma moeda estável. Não vai haver melhora do quadro de emprego. Tivemos uma queda das vendas no início de julho, em função da taxa de juros e dos aumentos de preços na passagem para o real, mas não acredito que este quadro persista, sendo provável que haja também alguma recuperação de demanda. E a capacidade ociosa que existe na economia permite atender a este aumento moderado da demanda sem problema.

Assim, o impacto de curto prazo do Plano sobre o quadro geral de economia é muito forte. Já está tendo, em consequência, um impacto eleitoral muito forte e vai continuar tendo.

Vários elementos poderiam reduzir o impacto eleitoral do Plano, mas não observamos a ação de nenhum deles. Seria o caso, por exemplo, se a inflação repicasse em setembro, sinalizando uma desagregação do programa antes do primeiro turno. Isso é muito pouco provável. Ou se a queda da inflação fosse obtida à custa de uma queda do nível de atividade econômica, com um aumento grande do desemprego, o que também não é o caso. Ou ainda se o salário real tivesse sofrido uma queda muito grande, alegação que precisa ser melhor comprovada, porque até agora os dados sobre isso são contraditórios. Vamos ter que avaliar isso com muito cuidado, antes de fazermos denúncias precipitadas.

**Qual é então a crítica fundamental que podemos fazer ao Plano?**

A crítica ao Plano deve ser feita de forma qualificada. Pode ser contraproducente uma crítica que seja percebida pela população como uma rejeição da estabilidade, que é uma coisa que a população preza. Há uma tendência na esquerda brasileira a subestimar a importância econômica, social e política do tema inflação. A esquerda latino-americana tem pago um preço bastante alto por isso em diversos países nos últimos anos. Se a reação do PT e do Lula não for muito bem calibrada, temo que este preço também seja pago nesta eleição.

Temos que fazer uma crítica que reconheça o valor que a população atribui à estabilidade, mas que a alerte para o risco de que esta estabilização não esteja bem alicerçada, que não esteja atacando as causas fundamentais da inflação.

Uma coisa que tem que ser dita é que as elites brasileiras não tem um interesse real de combater a inflação; alguns setores do empresariado inclusive se beneficiam dela. As elites só se mobilizam para combater a inflação em vésperas de eleição.

O ideal é que o PT tenha capacidade de demonstrar nos debates eleitorais não só que tem suas idéias de como combater a inflação, mas sobretudo que insere estas propostas num programa mais amplo que envolve distribuição de renda, crescimento econômico, combate à miséria, defesa da soberania do país. Se o PT não tiver capacidade de fazer esta crítica articulada e abrangente, o estrago eleitoral vai ser grande.

Nas condições de acesso aos meios de comunicação que o PT tem, a única solução é o próprio Lula fazer esta resposta, assumir a liderança desta discussão, demonstrando uma capacidade de discutir este tema de igual para igual com os outros candidatos, porque a questão econômica vai ser a questão crucial das eleições. O Plano Real é a grande arma contra a candidatura Lula e ele tem que ter capacidade de desmistificá-lo, dizendo ao mesmo tempo que o importante é inserir o combate à inflação em um programa mais amplo, este sim capaz de combater a inflação, reduzir as desigualdades do país, retomar o crescimento e gerar empregos. □



# A ação parlamentar do PT

RAUL PONT

**A**ção parlamentar de partidos socialistas no Estado capitalista é tema de uma velha polêmica no meio da esquerda. Há um longo acúmulo, de vitórias e tragédias, que nos serve de referência, impossível desconhecer. Os balizadores que queremos recordar não pretendem restabelecer um debate estéril se “aos revolucionários cabe ou não participar do parlamento burguês”. Nossa preocupação, apenas, avançar em algumas algumas idéias e propostas práticas centrais para a crítica aos princípios liberais estabelecidos em regimes constitucionais.

## O debate na esquerda

No liberalismo, a ideologia de que “a cada cidadão corresponda a um voto”, da igualdade perante a Lei, da autonomia e independência dos poderes, do fim dos privilégios por nascença, esgotam a discussão sobre o que é um Estado democrático.

O liberalismo nunca foi democrático, apenas superou os princípios aristocráticos, obscurantistas e de privilégios por nascimento do mundo feudal. No liberalismo, o direito ao voto dos pobres, das mulheres, dos trabalhadores, bem como o direito à organização sindical e partidária e o acesso a cultura somente foram alcançados após décadas e décadas de luta das classes populares. Estas conquistas sociais e políticas alcançadas (sindicalização, previdência, educação pública, pluralidade partidária etc.) não alteram o caráter de classe do Estado capitalista, excludente e antidemocrático para a maioria da população.

## Nova sociedade, novas instituições

A crítica aos limites do Estado liberal é um compromisso dos socialistas. Ela deve permitir avançar concretamente, no cotidiano do parlamento e das lutas sociais, propostas alternativas e aprofundadoras da democracia e do controle público sobre as relações sociais. Precisamos ser criativos, inovadores e que as nossas proposições façam avançar a consciência das pessoas, no campo programático-partidário, na denúncia e no desvendamento da própria estrutura parlamentar.

A nossa visão de “Estado mínimo” é radicalmente oposta a dos liberais e neoliberais. Para estes o fortalecimento do privado conduz, nos tempos atuais, ao poder dos monopólios e dos oligopólios, pois esta é a etapa histórica que vive o capitalismo.

*Para nós, o “Estado mínimo” é o Estado barato, não burocrático, onde as funções governamentais não se divorciem da sociedade e não se transformem em instrumentos de acúmulos de privilégios e de vantagens materiais.*

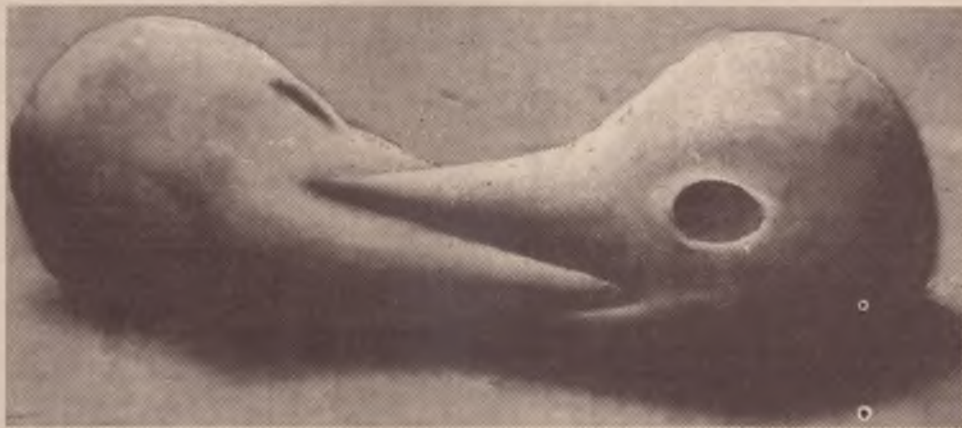
Se não combatemos os privilégios, as vantagens materiais, as poderosas estruturas de “assessorias” e “cargos de confiança”, as aposentadorias especiais, a profissionalização em tempo integral dos parlamentos, do Judiciário e do Executivo, estaremos nos iludindo e enganando as massas de que isso é apenas o “uso pragmático e momentâneo” do Estado e da sociedade capitalista que queremos vencer.

Ao contrário, aos poucos estaremos reproduzindo essa experiência, muitas vezes racionalizando de forma utilitarista seu uso e transformando-nos em mais um “partido da ordem”.

É preocupante a facilidade com que em vários parlamentos petistas aceitam e racionalizam argumentos para manter privilégios como aposentadorias especiais ou aumentos salariais em benefício próprio; como não reagem ou são cúmplices da criação ou ampliação do número de “assessores” e “cargos de confiança”; e como reagem com força contra o controle que o Partido estabelece sobre os salários e as estruturas parlamentares.

Se defendemos uma nova sociedade, temos que construir desde agora novas instituições. Para isso precisamos manter um combate permanente para aproximarmos da idéia do “cidadão legislador”. Certamente não queremos, numa nova sociedade, o “profissional” da política que se desvincula do trabalho e do corpo social, que aceita o “ano legislativo” de doze meses e a intocabilidade do mandato de quatro ou oito anos.

Devem ser prioridades de todos nossos parlamentares a



“O beijo do Elio Perillo”, 1992. Daniel Sanise

luta pelo direito de revogabilidade dos mandatos através dos partidos ou pela ação direta dos cidadãos, por legislativos unicamerais e com critérios idênticos de representação proporcional, por sessões legislativas curtas e espaçadas onde o custo de manutenção desse aparato seja bem menor para a sociedade e os eleitos não percam os seus vínculos e relações de trabalho.

Nossa ousadia nesse campo é mínima. E sem uma ação pensada e organizada pelo partido, a tendência é de nossos parlamentares simplesmente reproduzirem a estrutura que encontraram. A tendência a autonomização dos mandatos, inconcebível em regimes liberais mais antigos, é o fenômeno mais sensível da vida partidária parlamentar brasileira e afeta também os mandatos petistas. Ao contrário, esta era e é uma das questões mais importantes que estavam e estão subjacentes nos “enfrentamentos” sistemáticos entre parte da bancada federal e da direção do partido.

## Experiência nos parlamentos

Desde a sua fundação, o Partido tem buscado contrarrestar estas deformações do processo legislativo brasileiro através das cartas eleitorais (compromissos prévios dos candidatos com o Programa com o Regimento Interno do Partido), da ação unitária das bancadas, da contribuição dos 30% sobre os vencimentos de parlamentares, do regramento dos “Gabinetes”, principalmente do Congresso e das Assembléias Legislativas e Câmaras das grandes cidades, do combate aos privilégios (aposentadorias, verba para doação e clientelismo, veículos etc.). Estas regras de comportamento singularizam o PT no quadro político-partidário do país.

Mas o enfrentamento dessa questão está longe de ter encerrado ou apontar para uma vitória da nossa ação. Estamos longe disso. Estamos engatinhando em uma série de questões: a revogabilidade dos mandatos; um Parlamento “barato” e não burocratizado; novos mecanismos de democratização participativa que envolvam a população diretamente na elaboração e deliberação do Orçamento e das leis; o uso mais intenso das consultas diretas como o plebiscito e o referendo, aproveitando o avanço da computação e das telecomunicações, do uso do rádio e da TV para a democratização da informação acesso direto ao debate e a decisão parlamentares etc.

A ação parlamentar envolve também a desmistificação dos mecanismos corporativos que servem para obscurecer o caráter antagônico que os partidos e seus eleitos vivem no interior da instituição: o “coleguismo”, o “compradio”, o espírito de corpo que se estabelece nos parlamentos tende a enfraquecer a ação transformadora anti-capitalista.

Se o Partido não estiver alerta na manutenção das cartas eleitorais e não se preocupar em construir projetos estratégicos da sociedade que queremos para estabelecermos seu desdobramento tático no cotidiano, mesmo que isso pareça utópico, não seremos uma exceção histórica, caminharemos, inevitavelmente, para nos transformarmos em mais um “partido da ordem” da sociedade capitalista. □

Raul Pont é membro do DN do PT e candidato a senador no Rio Grande do Sul.

**A ousadia do PT na reforma da ação parlamentar é mínima. Tendemos a reproduzir a estrutura que encontramos e a termos uma autonomização dos mandatos.**

**Se não conseguirmos questionar as estruturas parlamentares, caminharemos para nos transformarmos em mais um “partido da ordem”.**



# A regionalização da CUT

RAFAEL FREIRE

O debate sobre as CUT Regionais agitou a Central mesmo após o V Congresso Nacional. O impasse na construção de Regionais é campo fértil para a polarização de posições. Há algum tempo a discussão sobre a estrutura da CUT, tanto do ponto de vista horizontal, quanto vertical, vem desafiando a central. Nela devemos inserir a questão das Regionais.

A crise das Regionais é em primeiro lugar a crise do trabalho inter-categorias. Sob o impacto do projeto neoliberal, o movimento sindical tem se recolhido à luta localizada, específica, tem se fechado nos marcos de cada entidade.

Nesse processo, o elo mais fraco são as CUTs Regionais já que se trata de estruturas relativamente fracas e é nesse nível em que se evidencia com toda a força a relação inter-categoria (ou sua ausência).

Nisso contribui a manutenção da organização sindical herdada do sindicalismo oficial nas categorias. É consenso hoje na CUT que a interrupção da ruptura com a herança do sindicato CLT é um elemento de impasse na construção.

Mas, desde a 5ª Plenária Nacional (1992) está sendo adiada uma definição mais ofensiva sobre como superar esse marco. Prejudicados por essa discussão ter sido mais uma vez adiada no Concut (remetida à 7ª Plenária de 1995), devemos estabelecer o que estrategicamente deve ser preservado na política de construção regional da CUT, rejeitando a polarização, por alguns colocada após o Concut, de "não muda nada nas regionais" versus "fim das regionais".

O elemento chave é o de construir a CUT desde a base. E está posto o papel da CUT em responder demandas de realidades em regiões ou micro-regiões, seja dos sindicatos filiados, daqueles setores que necessitam de organização (os trabalhadores da eco-

nomia informal, os desempregados, sem tetos, etc) ou no enfrentamento das políticas locais em questões referentes à saúde, educação, moradia, etc.

## A resolução

Com um acirrado debate no plenário do congresso e uma votação que o dividiu em dois, o Concut aprovou a seguinte resolução: "A política organizativa da CUT deve contemplar um intenso fortalecimento das instâncias horizontais da central em todos os níveis, desde a base micro-regional.

"É competência das CUTs Estaduais nos seus congressos e demais instâncias apreciar e deliberar sobre a política e estratégia de regionalização da CUT no seu respectivo estado, incluindo as condições financeiras, materiais e humanas para sua implementação.

"A regionalização da CUT em cada estado deve assegurar a presença efetiva dos sindicatos filiados e de uma coordenação para as CUT na região. Os membros da direção estadual da CUT na região são membros natos nessa coordenação."

Tal resolução possibilitou compreensões diferentes sobre sua aplicação gerando um debate positivo no interior da central. Já elaboração da Chapa Única, o manifesto expõe intenções quanto a aplicação da resolução, respondendo a uma cobrança da Cut Pela Base de que não poderia haver imposições na implementação da resolução e que o trabalho intersindical das regionais deveria estar garantido.

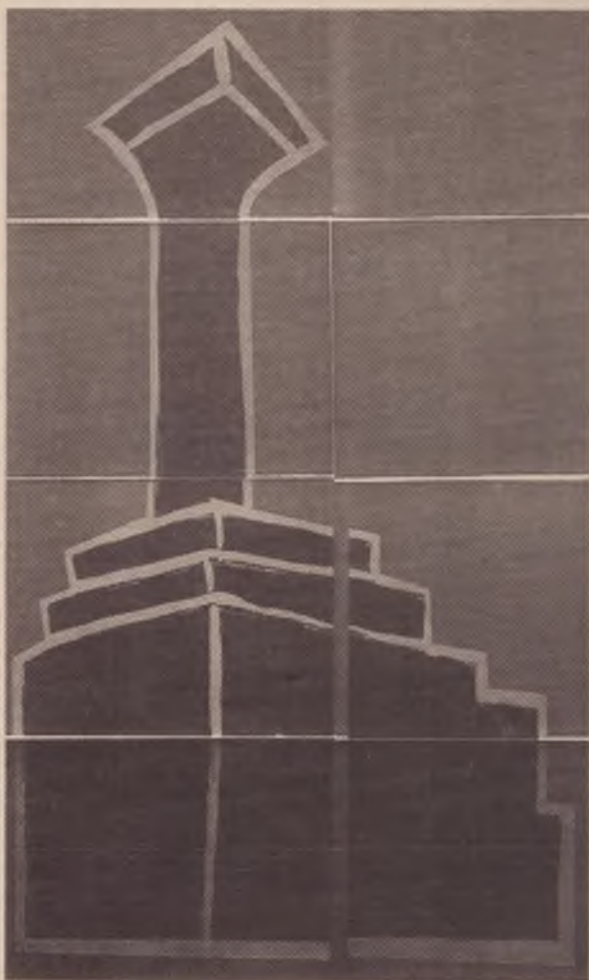
## Perspectivas

Na seqüência do Congresso, a Executiva Nacional solicitou que todas as estaduais enviassem as propostas de regionalização da CUT. Deparou-se com alguns problemas, principalmente com a proposta inicial de São Paulo, que não garantia a eleição da coordenação por parte dos sindicatos da região - tendo sido encaminhada uma retificação.

Para além das polêmicas estaduais, o fundamental é se trabalhar uma perspectiva básica: no momento em que se faz o trabalho intersindical, se elege uma coordenação dos sindicatos da região, se elabora planos de ação que mobilizem o conjunto dos trabalhadores e se planeja um orçamento para ser apresentado a CUT estadual, as possibilidades da continuidade da construção regional da CUT estão postas.

E quando houver problemas com alguma Estadual sobre a questão financeira (o que é de se esperar neste novo marco) que a reivindicação seja respaldada num funcionamento real da estrutura regional ou na sua perspectiva de construção através de um trabalho inter-categoria concreto. □

Rafael Freire é membro da Executiva Nacional da CUT



## As novas lutas

GERARDO SANTIAGO

Estes são tempos de luta pela cidadania, no qual a igualdade civil para todos, mulheres e homens, negros e brancos, homossexuais e heterossexuais, cumpre um papel chave. Os sindicatos e a CUT têm o desafio de estar sintonizado com ela.

Há alguns anos o movimento sindical vem incorporando em maior ou menor medida reivindicações das mulheres. Nos anos 90, no campo da CUT, constituiu-se de forma sistemática o trabalho de luta contra a discriminação racial e da organização dos trabalhadores negros. No entanto, no tem tido espaço nenhum a luta contra a discriminação sofrida pelos homossexuais.

A reivindicação da igualdade civil para mulheres e negros tem verificado avanços em muitos países de ocidente, incluído o Brasil. Não ocorre o mesmo com a situação dos homossexuais. Na

sua situação de opressão os homossexuais muitas vezes ocultam sua condição. Isso faz com que a discriminação também possa ser camuflada.

Mudança política aconteceu apenas a partir de 28 de junho de 1969 quando uma rebelião homossexual de massas nos Estados Unidos, questionou a violência policial e colocou em pauta a questão da igualdade de direitos. Hoje essa data é o Dia Internacional do Orgulho Gay.

De lá prá cá a luta tem crescido internacionalmente. Também no Brasil. Em 1973 a homossexualidade deixou de ser considerada patologia pelos médicos nos EUA. Igual mudança se operou no Brasil em 1985.

Nesse contexto o movimento sindical começa a se sensibilizar para as reivindicações dos homossexuais. No Encontro Nacional dos Bancários em julho passado que aprovou a Pauta Mínima Unificada a ser entregue aos banqueiros, nossa categoria deu um passo importante no seu engajamento nessa luta.

gerado nessa luta.

O Art. 36 da Minuta têm a seguinte redação: "Isonomia de tratamento para os homossexuais. Aos empregados ou empregadas que mantiverem relacionamento homossexual serão garantidas todas as vantagens legais, convencionais ou contratuais asseguradas aos empregados e empregadas que mantiverem relacionamento heterossexual, inclusive, no que diz respeito à extensão aos seus companheiros (as)."

Cláusula similar vêm sendo apresentada à Caixa Econômica Federal desde 1992, enfrentando forte recusa por parte da empresa. É de se esperar que a Febraban também apresente resistência - coerente com sua linha conservadora. Mas as novas lutas estão apenas começando. □

Gerardo Santiago é membro da Executiva da Confederação Nacional dos Bancários CNB/CUT e do Sindicato dos Bancários do RJ.



# Campanha deve politizar milhões

ISAAC AKCELRUD

**A** penetração dominadora da televisão divide a campanha eleitoral em duas fases distintas: antes e depois dos programas gratuitos. O que aconteceu até agora, por importante que seja, não passa de exploração preliminar, ensaio de disposição de forças, teste e sondagem de possibilidades e perspectivas de cada um. Na segunda e decisiva fase, com televisão, em igualdade aparente de condições para todos (inclusive para os que leem com dificuldade), começa guerra de verdade.

Os primeiros movimentos já esboçados, entretanto, sugerem alguns pontos de referência na definição do perfil de cada contendor.

## Do lado de lá

De saída, destacava-se a aparente aceitação das nítidas vantagens iniciais que as pesquisas conferiam ao Lula. Em certos momentos e lugares, o rancoroso adversário parecia não apenas conformado, mas chegava até a aplaudir o candidato operário.

A manobra política era audaciosa. Confirma reputação da grande burguesia brasileira, com uma das mais manhosas e traiçoeiras do planeta. Com efeito, eles têm o monopólio das imprensa, fatura de recursos técnicos e financeiros, controlam a máquina do Estado.

Enquanto a "democracia" se limitar às pesquisas, não há riscos em aceitar vantagens do Lula. No limite extremo, a manobra pode se transformar num audacioso exercício de cooptação do PT, transformando-o de partido de organização do povo, de reivindicação e luta, em partido de eleição. Bastaria votar.

Mas isso revelou-se também uma forma de preparar o terreno para a iniciativa pela qual a classe dominante pretendia mudar o campo da disputa e colocá-lo em um terreno que lhe fosse mais favorável, a introdução de uma nova moeda no país, o real. O governo e seu candidato esperam que agora as novas cédulas sejam seus grandes cabos eleitorais junto aos descamisados e às classes médias.

## Do lado de cá

A candidatura Lula pode ser a mais poderosa de toda história republicana: uma força presente e atual que flui do apoio monumental de multidões por todo o país, nas cidades e nos campos. Tem claro caráter de classe, pois é a consagração nacional do maior dirigente operário que o Brasil já produziu.

São premissas de uma campanha eleitoral brilhante. Mas ela terá um dramático ponto de fissura se não descobrir ou inventar os meios de transformar esse potencial em adesão a um projeto de mudanças do país, em consciência, em estrutura e organização estável e duradoura, desde já, a partir da mais simples reunião eleitoral, aproveitando o estímulo e o acicate de uma liderança excepcional.

Os últimos dois encontros nacionais do PT definiram uma linha de transformar a campanha presidencial em um plebiscito pelas reformas estruturais necessárias ao país, coesionando um amplo campo político em torno de nosso projeto de nação.

A multiplicação de modos e formas de organização, de métodos de juntar gente, de manter e levar avante a presença e atuação dos diferentes grupos é que pode dar o tom e a medida da participação popular.

A eleição não esgota a campanha, principalmente se Lula ganhar. Votar é o princípio da caminhada, nas centenas de milhares de casos em que a campanha eleitoral é o início da politização. O volume de ação e iniciativa necessário é de tal magnitude que não há gente suficiente para enfrentar tanto trabalho. Então será sempre indispensável contar com a iniciativa e participação de todo o mundo na empreitada. Tem que ser como num formigueiro.

"Organizai-vos uns aos outros!" é o lema.

## Temos menos, precisamos mais

As exigências postas para um partido operário não pode ser equiparadas aos meios requeridos por um partido da ordem burguesa. Eles não precisam criar jornais, por exemplo, porque as grandes empresas nacionais e estrangeiras já sustentam a imprensa que os apóiam. Só isto é uma vantagem incalculável. Nós temos que arrancar tudo praticamente do nada. É preciso reunir as migalhas das coletas, das rifas, das festas etc. para chegar a um primeiro e modesto resultado financeiro.

Há quem pense ser possível construir um grande movimento e um forte partido operário popular sem imprensa própria, utilizando o veículo do adversário. No momento atual, o PT inteiro, de ponta a ponta, desde a sua direção nacional até o companheiro recém-chegado, se

informa politicamente na imprensa inimiga, que distila veneno em cada linha, em cada distorção, mutilação ou omissão, como mostrou o "caso Bisol". A intriga se transforma em informação, disputas mesquinhas ganham as manchetes e o partido fica propeçando nas suas próprias pernas.

Não conhecemos nossa própria voz. Um grande êxito desta campanha eleitoral seria que nos deixasse, pelo menos, a semente de um diário de massas.

## Uma cara nova na rua

Símbolo universal das campanhas eleitorais é o palanque. Isto responde à concepção da troca do voto pela promessa que será ou não cumprida. Quanto mais gente for atingida por uma propaganda mais envolvente, tanto melhor. Este tipo de campanha se reduz ao comício. O compromisso programático dura enquanto se faz comício. Tudo se esquece e se apaga depois que o voto cai dentro da urna. O eleitor não pode tirar a papeleta de volta. Caiu na vala comum. Esta claro que o PT não pode entrar nessa.

No caminho, novo perfil, novo método, novo passo eleitoral. As campanhas passam fundamentalmente pelo crivo do esclarecimento e da formação política. Monta-se uma gigantesca universidade política no meio da rua, em praça pública, com milhões de participantes. Há um parentesco entre o comício e a escola nessa prática eleitoral.

## Voto passa, organização fica

O impacto na candidatura Lula alimenta a auto confiança da constelação política que a sustenta. Mas esta jornada não pode autoavaliar-se pela comparação estática com o adversário. Ele não está parado, mas arregimentando forças, buscando reverter o quadro inicial desfavorável.

O saldo da campanha eleitoral não poderá ser medido apenas em tantos milhões de votos. Será preciso verificar como e onde se construiu alguma estrutura organizacional de qualquer tipo, mesmo a mais simples, digamos recreativa, beneficente, esportiva. As reivindicativas, culturais e políticas não tardarão. A gama de organização é infinitamente variada. Do jeito que der, como o povão quiser e puder. Só assim um governo do PT poderá mudar o país.

A urna eleitoral não pode funcionar como um ataúde, onde se joga o voto solitário e anônimo, isolado e indefeso, desconhecido e impotente do cidadão abandonado à sua fraqueza de indivíduo tragado pela voragem da inflação e da carestia.

A campanha eleitoral traz os partidos para o meio da rua e pode funcionar como uma grandiosa jornada de educação política, formadora de opinião e liderança popular, capaz de arregimentar, recrutar e organizar desde o time de futebol ao sindicato rural, desde o grupo estudantil ao núcleo do PT.

As caravanas do Lula rasgaram caminho para esses objetivos. Esta na hora de organizar caravanas ao encontro de Lula e não ficar apenas esperando por ele. □

**O que aconteceu até agora não passa de um ensaio para a verdadeira disputa.**

**A universidade da política deve ser instalada no meio da rua.**





# A disputa em Minas Gerais

TULIO FRANCO

**A**s eleições para o governo de Minas Gerais este ano, além de colocar em evidência o que significa 14 anos de domínio político do governador Hélio Garcia no estado deixa claro a natureza real do PSDB. Este partido, através do seu candidato, ex-prefeito de Belo Horizonte, Eduardo Azeredo se coloca hoje como a força política que se propõe a dar continuidade ao domínio helista no estado. Candidato do governo, Azeredo assume o discurso de defesa da atual administração e usa e abusa da máquina para conseguir apoios, principalmente no interior onde é desconhecido.

Inimigo político declarado de Hélio Costa, o governador tentou costurar uma frente política que ao mesmo tempo isolasse aquele candidato e colocasse forte obstáculo ao PT e a Frente Minas Popular. Pretendia assim, unir num frentão eleitoreiro que incluía seu partido o PTB, PSDB, PFL, PTD e setores do PMDB, tendo à frente um candidato da região metropolitana de Belo Horizonte, lugar de tradição petista, onde se encontram as principais prefeituras conquistadas pelo PT e a Frente Popular, a capital mineira Betim, cidade polo industrial, sede da Fiat automóveis.

Hélio Costa, contando na ocasião com mais de 40% de intenção de voto nas pesquisas, apoiado em mais de 4 anos de campanha para o governo do estado, exerceu maior poder de atração de outras forças políticas, conseguindo então o apoio do PFL, PDT e setores do PMDB e do próprio partido de Hélio Garcia, descontentes com a indicação de Eduardo Azeredo para governador, na chapa oficial.

Pelo PMDB, numa convenção disputada, foi indicado candidato o ex-presidente da Federação das Industrias de Minas Gerais (FIEMG), José de Alencar. Alencar começa promover verdadeiro derrame de dinheiro para garantir posição favorável no pleito de 3 de outubro. Dificilmente chega lá, pela inexistência de tradição política anterior, falta de um projeto político consistente para o estado e divisão dentro do próprio partido.

## A estratégia do PT

O PT definiu, após longo debate, o nome do deputado Antonio Carlos Pereira, o Carlão, para a disputa do governo. Tendo sido presidente do Partido por dois mandatos, Carlão é um nome que desfruta da intimidade da base partidária. É, porém, pouco conhecido junto ao eleitorado mineiro.

Para o sucesso da candidatura, o PT cumpriu vários requisitos na montagem da arquitetura política sobre a qual se sustenta a campanha do Partido. Em primeiro lugar, garantiu unidade no partido sem dificuldade, visto que Carlão foi apoiado nas prévias pela quase unanimidade da direção estadual e das principais lideranças do PT mineiro. Em segundo lugar, liderou a formação da Frente Minas Popular, que hoje inclui o PSB, PCdoB, PPS PCB, PV e PSTU. A chapa de candidatos majoritários consta com o deputado Raul Messias, do PSB, como vice-governador; Virgílio Guimarães, para o senado; e Jo Moraes, dirigente do PCdoB e militante feminista, para a segunda vaga do senado.

**Carlão enfrenta Hélio Costa e o ex-prefeito de Belo Horizonte, Eduardo Azeredo, do PSDB, o candidato do governador Hélio Garcia.**

**Virgílio vem ocupando o primeiro lugar em todas as pesquisas para o senado.**

A estratégia da campanha foi armada procurando no primeiro momento priorizar as regiões onde o Partido tem maior tradição e potencialmente a melhor performance eleitoral, quais sejam: Região Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Aço e Vale do Jequitinhonha. A partir daí, pretende-se concentrar esforços no Sul de Minas e Região do Triângulo Mineiro e Zona da Mata, onde o candidato adversário Hélio Costa apresentou seu melhor resultado nas pesquisas de opinião. Outra questão importante, é o de vincular o debate de um programa de governo para o estado com o debate nacional e a campanha Lula Presidente. Esta tem sido uma das prioridades da estratégia eleitoral.

Belo Horizonte merece destaque na tática eleitoral do PT. Cravada no centro do estado, a capital mineira tem seu nome vinculado ao PT. Em primeiro lugar por ser administrada pelo partido e, sendo a capital do estado está sob os olhos de todos os adversários. Em segundo lugar, não podemos deixar espaço para que os adversários retomem a ofensiva a partir da região metropolitana. Por último, ganhar as eleições em Belo Horizonte é a prova maior da aprovação do governo.

## Pesquisa

O PT e seu candidato ao governo Carlão têm superado bem as adversidades do início de campanha. Arrancado com 2% nas pesquisas em maio, Carlão conta hoje com 10,6% de acordo com pesquisa da Sensus, realizada nos dias 10 e 11 de julho. Este é praticamente o ponto de arrancada do PT no estado. Daqui, até os 20%, que é o índice de simpatia que o PT tem entre os eleitores mineiros, depende fundamentalmente da campanha e da capacidade da Frente Minas Popular em colocar seu programa como alternativa à tradição helista no estado e ao candidato Hélio Costa.

Mostra ainda a pesquisa que, Hélio Costa conta com 35,4% das intenções de voto, Eduardo Azeredo com 10,3% e José Alencar com 8,9%. Se as eleições fossem hoje, Hélio Costa venceria no 1º turno. Por outro lado, verificou-se que apenas 16,3% dos eleitores mineiros já definiram seu voto.

Simultaneamente ao debate programático, será necessário ainda quebrar as estratégias dos adversários. A começar por Hélio Costa. Este tenta se esconder numa "zona de sombra", administrando o índice de 35 a 40% de intenções de votos, de acordo com pesquisas. Costa é árduo defensor do neoliberalismo e sempre esteve relacionado com o ex-presidente Fernando Collor. Se candidatou em Minas em 1990, na defesa do governo de Collor e permaneceu na sua sustentação até o último momento.

Por outro lado, Eduardo Azeredo tenta manter o verniz de um candidato de centro-esquerda, mas não consegue se desvencilhar do governo estadual, assumindo ser o candidato que vai dar continuidade a esta administração. Mais do que isto, pesam sobre Azeredo várias denúncias do período em que administrou a prefeitura de Belo Horizonte, como por exemplo o desvio de verbas do Fundo de Apoio ao Estudante para outros fins, tendo isto sido objeto de denúncia do Ministério Público no período. Sobre José de Alencar pesam graves denúncias de abuso do poder econômico.

## PT em primeiro no senado

Todas as pesquisas de opinião indicam Virgílio Guimarães como o candidato ao senado colocado em primeiro lugar na preferência do eleitorado mineiro. Na Datafolha da 2ª semana de julho, ele aparece com 19% contra 12% para Francelino Pereira. Na pesquisa Sensus, Virgílio tem 25% das intenções de votos contra 19% de Francelino Pereira. A candidata Jô Moraes aparece com 1% na preferência do eleitorado. □

Túlio Franco é coordenador de comunicação da Frente Minas Popular.





# O desafio de São Paulo

FÁBIO PEREIRA E FÉLIX SANCHEZ

**P**odemos eleger Lula para a presidência da República. Mas este não é o único aspecto estratégico que temos que garantir no pleito de 3 de outubro. Hoje nossas principais candidaturas aos governos estaduais apresentam um desempenho mais fraco, a principal debilidade da nossa campanha.

Não é preciso argumentar muito para explicar a importância que tem a combinação da vitória de Lula com a eleição de governos estaduais. Um governo democrático popular no âmbito federal, cercado por governos estaduais hostis pode sofrer um grande desgaste perante a população pondo em risco sua própria sobrevivência política.

É urgente reforçarmos a centralidade e a importância da disputa dos governos estaduais. Em todos os principais Estados, uma parcela considerável dos eleitores de Lula estão votando em candidatos para governador de fora da Frente Brasil Popular, comportamento seguido até por parcelas do eleitorado petista. Temos que reverter esse quadro, trazendo a campanha estadual ao centro do debate político, quebrando o boicote da mídia e do senso comum que a trata como algo de menor importância.

## Um quadro difícil

Em São Paulo, todos os desafios e paradoxos apontados no quadro nacional ganham um tom ainda mais forte. Neste Estado que é o principal centro político e econômico do país assistimos a uma situação de virtual inexistência da campanha ao governo estadual. Há uma deliberada política de esvaziamento da disputa estadual pelos principais meios de comunicação de massa. É uma estratégia que beneficia as grandes máquinas eleitorais, como a do PMDB e de Maluf na capital, e as candidaturas mais conhecidas pelo eleitorado. Ela prejudica principalmente nossa campanha, que não detém o controle sobre máquinas eleitorais e não tem grande exposição na mídia.

Esse "cerco de silêncio" que tem envolvido a campanha eleitoral no Estado é a principal razão para a virtual estagnação do quadro eleitoral, como mostram as pesquisas. Desde março, portanto nos últimos quatro meses, não houve alterações significativas no quadro eleitoral, garantindo a Covas uma folgada liderança.

## A tática da coordenação

Concluída a primeira fase da campanha até o início do programa eleitoral é possível avaliar que a coordenação da campanha subestimou a capacidade que a campanha presidencial teria de ofuscar a disputa estadual. Tampouco pesou corretamente a evolução mais lenta da preferência eleitoral do Zé Dirceu decorrente do fato de ser um estreante em pleitos majoritários. A expectativa de um crescimento mais acelerado nas pesquisas foi, por esse motivo, frustrado. A estratégia de concentração na Capital e Grande São Paulo permitiu uma grande mobilização das energias da militância para a campanha majoritária, num esforço que desembocou na realização do grande comício do dia 12 junho no Vale do Anhangabaú, com mais de 40 mil pessoas. Nesse período foram constituídos os comitês setoriais e a campanha se ampliou para vários setores e movimentos sociais. Outro elemento positivo da campanha foi a realização da caravana do Lula, junto com Zé Dirceu, pelo interior do Estado. Agora, no fim do mês de julho, nossos candidatos majoritários vêm cumprindo uma extensa agenda de campanha pelo interior do Estado. Com destaque para a segunda caravana do Lula pelo interior do Estado de São Paulo. Em agosto, com o início do programa eleitoral de TV e de rádio, os problemas de desconhecimento da candidatura poderão ser superados, prevendo-se um rápido crescimento de Zé Dirceu nas pesquisas para mais de 10%.

No entanto, a dimensão de confronto e de polarização necessária para se estabelecer uma disputa de massas com Covas, o quercismo e o malufismo esbarrou nas dificuldades de criação de fatos políticos e no virtual boicote praticado pelos grandes jornais e canais de TV - que mantiveram um virtual cerco de silêncio em



O triunfo da virtude sobre o demônio - Gilvan Samico

torno da campanha estadual, prejudicando bastante a consolidação externa da candidatura de Zé Dirceu.

## Garantir o segundo turno

A estagnação é a marca do quadro eleitoral até aqui. Vários fatores vem deslocando o foco de interesse da grande maioria do eleitorado para fora da disputa estadual: a eleição presidencial, o Plano Real, a Copa do Mundo. As pesquisas continuam apontando Zé Dirceu com 7% das intenções de voto, "embolado" com Barros Munhoz (PMDB), Medeiros (PPR/PP) e Rossi (PDT). Apesar disso, a liderança de Covas não está consolidada, dada a enorme diferença entre a taxa estimulada, 54%, e a espontânea, 10%.

Em termos de linha política trata-se de estabelecer a polarização que pode viabilizar um significativo deslocamento dos eleitores que hoje preferem Covas, mas que já definiriam votar em Lula. Buscar "desembolar" colocando Zé Dirceu em segundo lugar.

Para isso, é necessário mas não suficiente explorar a vinculação do candidato do PT a Lula. É fundamental mostrar que Zé Dirceu é o candidato do Lula aqui em São Paulo porque tem o programa que melhor se sintoniza com o dele, e evidenciando os compromissos não apenas pessoais e políticos de Covas com o campo conservador mas também a nível programático. Essa "batalha" de propostas e de programa deve ter como alvo prioritário as lideranças de movimentos sociais, de entidades e do movimento associativo que hoje preferem Covas a Zé Dirceu. É preciso pôr em evidência a omissão de Covas e do PSDB em relação aos governos do PMDB no Estado, mostrando nossa coerência na oposição a esses governos e nosso compromisso com o resgate do investimento na área social, expresso nas nossas administrações municipais.

Na fase que se avizinha, amplas camadas da população começarão a se preocupar seriamente com a disputa eleitoral. Para esse momento é fundamental prepararmos um conjunto de fatos políticos capazes de ativar o interesse do eleitorado na figura de Zé Dirceu. De posse das nossas propostas, articulados com os movimentos, vamos romper o cerco de silêncio que as elites construíram para tentar eleger Mário Covas já no primeiro turno.

Ganha importância por isso a formulação de uma correta estratégia de comunicação para o programa de TV. Nesse terreno é fundamental construir uma imagem de Zé Dirceu que potencialize sua trajetória de luta contra a impunidade e a corrupção, sua vinculação com o PT e com Lula, bem como o compromisso de seu programa com as reformas estruturais. O programa de TV terá que priorizar também o enfrentamento com Covas, explorando seus compromissos com a direita e sua aliança para derrotar Lula. □

Fábio Pereira é secretário de organização do PT/SP e Félix Ruiz Sanchez é responsável pela campanha na capital. Ambos integram a coordenação eleitoral estadual.

**É necessário mas não suficiente explorar a vinculação do candidato do PT Lula. Temos que mostrar que Zé Dirceu tem a melhor proposta para São Paulo.**



# Uma reforma agrária feita pelos trabalhadores

ENTREVISTA COM JOÃO PEDRO STÉDILE

**J**oão Pedro Stédile é gaúcho, filho de camponeses e economista. Está na luta pela reforma agrária há muitos anos, tendo iniciado sua militância na retomada da luta pela terra no Rio Grande do Sul, nos anos de 1978/9, quando surgiu o Movimento dos Sem Terra. Com a estruturação nacional do MST, envolveu-se cada vez mais nas atividades de coordenação nacional, transferindo-se para São Paulo, onde vive atualmente.

João Pedro organizou o livro *A questão agrária hoje*, a primeira obra que nos oferece uma visão de conjunto do debate atual sobre o tema, recém-lançada pela editora da UFRGS (ver box na pag. 16). O lançamento do livro, excelente, ofereceu-nos uma boa oportunidade para conversarmos com seu autor sobre o tema, nesta entrevista concedida a José Corrêa.

**Quais as mudanças fundamentais no debate sobre a questão agrária no Brasil nos anos 80, que o livro discute, face ao debate clássico da década de 60?**

O principal ponto de discórdia no debate dos anos 60 era a avaliação sobre o caráter do desenvolvimento do capitalismo no campo. De um lado, com o Partido Comunista Brasileiro, hegemônico na esquerda na época, defendendo que havia resquícios feudais importantes no campo brasileiro. De outro lado, tanto com setores à esquerda como à direita defendendo uma visão que o capitalismo predominava nas formas de produção no campo.

A posição do PCB servia muito mais para justificar sua estratégia política para a revolução brasileira, copiada da Terceira Internacional. Nela,

os inimigos principais eram o imperialismo e o latifúndio feudal e estava colocada uma etapa de revolução burguesa no Brasil, que exigia uma aliança com a burguesia nacional. O golpe de 1964 sepultou esta estratégia e a tática que dela decorria.

Mas já então outros teóricos e ativistas vinham demonstrando que no Brasil nunca existiu feudalismo como um modo de produção típico. É por isso que comecei o livro com o artigo do Jacob Gorender que faz a ponte com este debate. Jacob, um ex-militante do PCB escreveu este texto em 1979; foi o primeiro artigo teórico de peso da nova fase do debate. Ele não aceita a tese de que teria existido um modo de produção feudal, mas também não considera que a agricultura brasileira sempre foi capitalista, levantando a idéia de que aqui se desenvolveu um modo de produção específico, colonial. A agricultura já estava sob o domínio do capitalismo internacional, mas tinha características próprias, distintas dos países centrais.

Este debate foi derrotado politicamente pelo golpe militar de 1964, sem que um consenso teórico tivesse sido alcançado. Ficamos então com o debate sobre a questão agrária totalmente castrado na década de 70. Ele só foi reaberto com o ressurgimento dos movimentos populares e da luta pela democracia. A novidade é que, agora, já não se discute mais se predominam relações de produção capitalistas no campo ou não, mas sim se há ou não necessidade de uma reforma

agrária para resolver nossos problemas agrários.

Nos últimos três anos eu já vinha recolhendo textos, artigos e palestras sobre o tema, e utilizando este material nos nossos cursos de formação, no MST. O livro reúne este debate mais recente, tornando-o acessível para a militância.

**O livro corresponde, então, a um resumo do debate atual sobre a questão agrária na esquerda brasileira?**

Sim. Hoje há um consenso de que o capitalismo predomina nas formas de produção no campo. Mas surge então uma primeira divergência. Existe uma vertente dentro da esquerda que sustenta a tese de que, com o desenvolvimento capitalista no campo, já não há necessidade de uma reforma agrária de tipo clássico, com um processo amplo e geral de distribuição de terras. Coloca a reforma agrária como uma série de medidas para resolver os problemas sociais do campo. No livro, esta tese é defendida basicamente pelos textos de Geraldo Muller, professor na Unesp, e José Graziano Neto, que é assessor do Fernando Henrique Cardoso. Em certa medida, esta tese também é defendida pelo Francisco Graziano da Silva, embora não com tanta veemência. Sua posição diferencia-se dos outros dois na questão do tempo; ele afirma que neste momento, nesta correlação de forças, só é possível fazer uma reforma agrária de tipo social, de tipo localizado, admitindo que uma reforma agrária no sentido amplo possa vir a se colocar no futuro. Já os outros afirmam que não há necessidade de uma reforma agrária ampla em tempo algum.

A outra vertente, na qual eu me incluo, defende a necessidade de uma reforma agrária ampla. Não se trata de uma reforma agrária que tenha por objetivo desenvolver o capitalismo no campo brasileiro. Se o capitalismo precisasse fazer uma reforma agrária para se desenvolver, ele já a teria feito aqui no Brasil. Mas para os trabalhadores, para a perspectiva de uma sociedade nova, mais justa, a questão da terra ainda não está resolvida no Brasil e há a necessidade de uma reforma agrária ampla.

Um segundo tipo de divergências dentro da esquerda surge quando temos que definir qual o caráter que esta reforma agrária ampla vai ter. O livro traz textos de vários autores que levantam pontos que eles consideram fundamentais para uma reforma agrária.

José Eli da Veiga, por exemplo, defende que uma reforma agrária se baseará na valorização da produção familiar e buscará principalmente resolver o problema da fome no Brasil. Já Claus Gerner afirma que a reforma agrária necessariamente vai ter um caráter anti-capitalista, tendo que democratizar não só a terra mas também os meios de produção, como silos e equipamentos, implicando num reordenamento de toda a agricultura. Os argumentos de José Gomes da Silva apontam no sentido de uma reforma agrária que eu chamaria de voluntarista, que coloca como centro a necessidade da destruição do latifúndio e da distribuição das terras, sem entrar no mérito se isso vai favorecer este ou aquele modelo.

No meu artigo, sustento que uma reforma agrária ampla no Brasil necessariamente tem um caráter anti-capitalista, apontando para um processo de socialização dos meios de produção e da terra. Mas defendo, sobretudo, que só vai haver uma reforma agrária no Brasil se ela for feita pelos trabalhadores e não para os trabalhadores.

Sem entrar no debate mais profundo de outras posições, parece-me que em algumas teses está embutida a visão de que o governo vai fazer este ou aquele tipo de reforma agrária para os trabalhadores. Embora a ação do Estado seja fundamental, ela só será efetiva no bojo de um amplo movimento popular. Uma vez o Plínio Sampaio, num debate na Associação Brasileira de Reforma Agrária, chamou minha proposta de "uma reforma agrária zapatista" e parece-me que ele captou bem o seu espírito.

Este é o debate atual e neste sentido há uma evolução enorme face ao que foi o debate da esquerda nos anos 60.

**Como podemos, sumariamente, diagnosticar hoje a estrutura agrária da sociedade brasileira?**

O primeiro aspecto central é a estrutura da propriedade da terra. Analisando os dados estatísticos e sua evolução, observamos não só que ela continua concentrada, mas esta concentração vem aumentando. Temos, de um lado, cinco milhões de estabelecimentos rurais com até cem hectares e, de outro, 50 mil proprietários que possuem acima de mil hectares. Há uma polarização social muito grande.

Dentro disso, temos dois extremos que são uma verdadeira aberração. De um lado, 4,8 milhões de famílias que não tem terra e que são superexploradas de forma vil no meio rural, que hoje vivem como bóias frias, meeiros, arrendatários, posseiros ou filhos de agricultores. De outro lado, temos as grandes empresas. Só a Jari ou a Manasa possuem mais de dois milhões de hectares cada. E 40 grupos econômicos, cuja acumulação não se baseia na exploração da terra, que são bancos, construtoras e indústrias, possuem 22 milhões de hectares (como o Bamerindus, Safra, Bradesco, Itamarati, Odebrecht). A burguesia brasileira sempre investiu em terra como reserva de valor. Só que agora este investimento gerou um enorme problema social.

A burguesia modernizou o campo mantendo esta estrutura de propriedade com três objetivos muito claros. Em primeiro lugar, ela modernizou um amplo setor de produção de produtos para a exportação como a soja, o fumo, o açúcar, o amendoim, a laranja. Temos também um setor exportador baseado na pecuária extensiva, que abocanhou enormes extensões de terras produtivas no Sudeste e no Centro-Oeste. Hoje exportamos em torno de 10 bilhões de dólares de produtos agrícolas, o que significa quase 30% do PIB agrícola. Isso é um valor muito alto.

Seu segundo objetivo foi produzir alimentos baratos para o mercado interno, visando manter o salário mínimo muito baixo. Para o trabalhador poder sobreviver com 64 dólares, tem que ter pelo menos a comida muito barata e, de fato, a preços internacionais, os produtos agrícolas no Brasil são muito baratos. Isso foi obtido através de um sistema de integração na agro-indústria e de exploração do trabalho dos pequenos agricultores.

E o terceiro objetivo que a burguesia sempre teve com nossa agricultura foi manter o Nordeste como uma reserva permanente de mão de obra para a indústria. Ela nunca teve como meta desenvolver a agricultura. Hoje seu projeto para a região é desenvolver o turismo na área litorânea e alguns bolsões de produção de frutas tropicais para exportação - que se enquadram no primeiro objetivo. A própria produção de cana de açúcar foi a falência; preferiu-se modernizar as usinas do Sudeste. O algodão desapareceu do Nordeste; não conseguiram nem combater a praga do bicudo. Hoje, do ponto de vista agrícola, o Nordeste está completamente abandonado.

Este é um rápido raio-X: um setor moderno voltado para a exportação, pequena propriedade voltada para o mercado interno e nenhum projeto da burguesia de desenvolver a agricultura como um pilar da economia nacional.

**Que problemas fundamentais tem que ser atacados a partir deste diagnóstico do campo?**

Creio que se destacam seis problemas:

- a concentração da propriedade da terra: é um absurdo que se mantenha esta estrutura de propriedade da terra.

- a forma como estão sendo utilizadas estas terras: em decorrência desta concentração de propriedade e poder, hoje temos 360 milhões de hectares agricultáveis no Brasil e, no entanto, apenas 60 milhões são dedicados à lavoura. Isso é uma vergonha. Com uma reorganização da estrutura agrícola poderíamos colocar para produzir grãos e alimentos no mínimo 200 milhões de hectares, dando ao Brasil um papel destacado na produção mundial. O capitalista brasileiro não é agricultor, é desperdiçador. Temos os solos mais ricos do mundo, relativamente, e utilizamos muito mal a terra.

- o que produzir: mesmo as terras que estão sendo ocupadas são mal utilizadas. Temos o problema da pecuária extensiva. Como se pode praticar pecuária extensiva aqui em São Paulo, a duas horas do maior mercado consumidor da América

Latina ou dedicar estas terras a produzir álcool? Temos que produzir alimentos e gerar mais bem estar para a população e não simplesmente exportar ou produzir matérias primas para a indústria.

- o êxodo rural: a população rural, sobretudo os jovens, não vêem mais futuro na agricultura. Embora o processo de urbanização seja normal em qualquer país, a velocidade com que ele se deu no Brasil não tem nada de normal. Nos últimos vinte anos, 30 milhões de brasileiros saíram do campo e vieram para a cidade.

- o semi-árido do Nordeste: temos que resolver o problema da seca e da concentração das águas. Isso é um problema nacional sério porque no semi-árido existe em torno de 10 milhões de camponeses vivendo em condições sub-humanas. Para transformá-los em cidadãos com acesso à escola, à alimentação, deixando de ser massa de mão de obra dos latifundiários, precisamos resolver os problemas da seca e da concentração das águas e das terras.

- o modelo tecnológico: o Brasil adotou um modelo agrícola dependente da tecnologia do Primeiro Mundo, das indústrias multinacionais que apenas querem nos vender insumos, máquinas agrícolas e agrotóxicos. Estamos fazendo uma agricultura completamente predadora. Ninguém sabe que futuro terão nossos recursos naturais. Poderíamos produzir muito mais com outros métodos. Precisamos reconstruir nosso modelo de produção agrícola, baseado em outros fundamentos tecnológicos, que aumente a produção e a produtividade, respeitando a natureza, em equilíbrio com os recursos naturais a que temos acesso.

**Quais as características básicas da reforma agrária necessária no Brasil?**

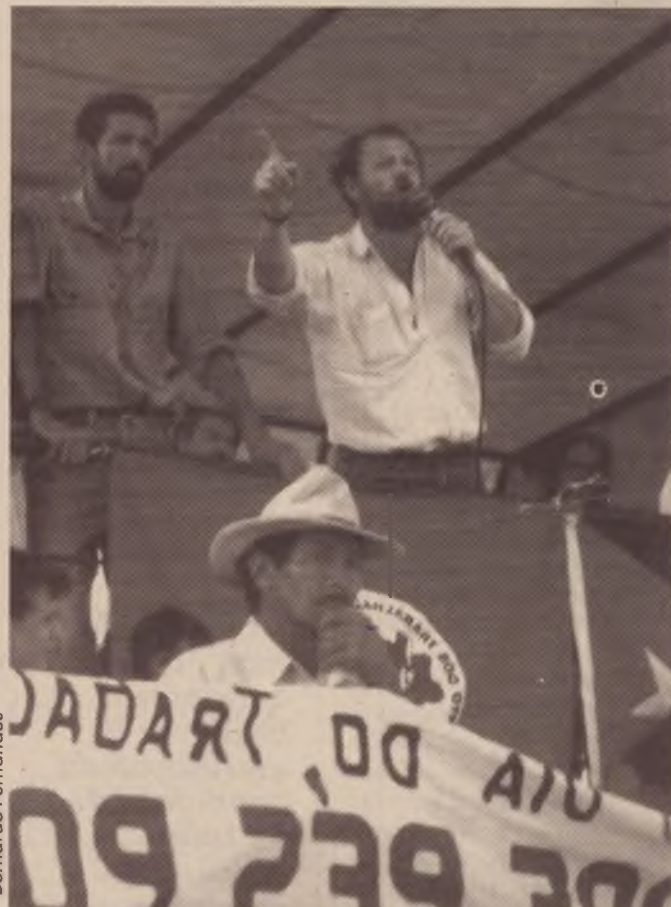
A reforma agrária que o MST e a maioria das organizações dos trabalhadores no Brasil sustentam é uma reforma agrária que seja capaz de atacar estes problemas. É impossível fazer uma reforma agrária séria no país sem quebrar o monopólio da terra, concentrada nas mãos de 50 mil famílias, sem fazer uma ampla distribuição destas propriedades acima de mil hectares. É impossível resolver o problema da seca sem desapropriar os latifúndios que tem açudes dentro. Para cada problema apontado, a reforma agrária tem que desenvolver medidas que ataquem suas raízes, equacionando-os.

O problema agrário não é um problema nacional, é um problema de classe. Do ponto de vista da classe trabalhadora, existem graves problemas agrários que ainda precisam ser resolvidos. Do ponto de vista da burguesia a reforma agrária não é necessária.

O governo todo ano propagandeia uma nova colheita recorde: pura mentira! Nós, com 60 milhões de hectares, colhermos este ano 74 milhões de toneladas de grãos. A China, com 90 milhões de hectares e muito menor acesso a insumos modernos, produz 300 a 400 milhões de toneladas por ano; distribuindo corretamente estes alimentos, consegue alimentar 1,4 bilhões de pessoas. E nós, nas terras mais férteis do mundo, com 300 milhões de hectares de terras agricultáveis, não consegui-

**Só haverá uma reforma agrária no Brasil se ela for feita pelos trabalhadores e não para os trabalhadores.**

**A vitória eleitoral de Lula vai criar um clima de otimismo, facilitando muito a mobilização e organização amplas.**



Bernardo Fernandes

**Hoje há um consenso de que o capitalismo predomina no campo. A discussão é sobre a necessidade ou não da reforma agrária e sobre suas características.**



Antonio Lício



**A reforma agrária dependerá também da mobilização de amplas parcelas da classe trabalhadora urbana.**

mos alimentar 150 milhões de pessoas. Segundo os dados do governo, temos 32 milhões que passam fome e mais 65 que se alimentam mal: 97 milhões não se alimentam de acordo com suas necessidades. A burguesia e outros 40 ou 50 milhões que comem bem devem achar que nós somos radicais ou comunistas porque lutamos pela reforma agrária!

**Você defende uma reforma agrária feita pelos trabalhadores e não uma doação de terras pelo governo! Mas como a diversificada população do campo pode constituir-se como sujeito da defesa de seus interesses?**

Não devemos nos aferrar aos modelos clássicos, nos quais um segmento do campo deveria ser a vanguarda seguida por todos os outros. O que vai haver aqui é uma conjugação, uma ação complementar de várias forças sociais e políticas. Os vários movimentos sociais no campo - os movimentos dos sem terra, dos atingidos por barragens, dos seringueiros, contra a seca no Nordeste, das quebradeiras de coco de babaçu, da Transamazônica - vão se conformando como agentes que lutam por transformações no meio rural. Embora como organização possam não ter uma proposta

elaborada de reforma agrária ou não se darem conta do papel político que estão desempenhando, todos esses movimentos e formas de luta trabalham na mesma direção, para a realização de uma reforma agrária que transforme a agricultura brasileira. São como pequenos riachos que engrossam rios maiores, até chegar ao mar.

Evidentemente, que os setores mais marginalizados pelo desenvolvimento capitalista, como os sem terra, os assalariados rurais, os micro e pequenos agricultores e as forças que vão ajudar a organizá-los, tenderão a se mobilizar primeiro e em maior número. Mas de 50 hectares para baixo, mesmo os pequenos proprietários se senti-

rão estimulados a participar de grandes lutas de transformação, porque no projeto capitalista mesmo quem tem 50 hectares não está tendo futuro. Eles serão parte interessada nesse projeto.

Temos que levar em conta também as consequências da alteração do peso relativo da cidade e do campo. Nos anos 60, a população rural era maioria. Hoje nós somos minoria: apenas 22% da população está no meio rural. As vezes surge em nosso movimento a pergunta: sendo uma minoria na sociedade, como conseguiremos transformar a agricultura? Só podemos responder a ela compreendendo que hoje os problemas que aponte são problemas agrários de toda a classe trabalhadora e não apenas do campesinato.

Na visão clássica da questão agrária na esquerda, a relação entre os trabalhadores da cidade e do campo era colocada de forma diferente, como uma aliança com os camponeses; os camponeses tem o problema de terra e para viabilizar um processo revolucionário, o operariado vai aliar-se com eles, garantindo-lhe em troca a terra. Só que hoje estes problemas agrários afetam a classe trabalhadora como um todo e, portanto, estas mudanças ligadas à reforma agrária dependerão também da mobilização das amplas massas da classe trabalhadora urbana.

É por isso que a construção da CUT, a organização dos pequenos agricultores dentro da CUT e os posicionamentos políticos da CUT são uma enorme contribuição para a reforma agrária. A reforma agrária no Brasil não vai ser só uma conquista dos sem terra ou do campesinato; vai ser uma conquista de todos os trabalhadores e terá na sua realização a participação de todos eles. A ocupação das terras é uma parte da luta pela reforma agrária, aquela que repercute mais, mas ela vai implicar em várias formas de luta, cujo somatório vai criando um campo social capaz de levar a frente uma reforma agrária feita com a nossa participação e não apenas como resultado de um plano de governo bem feito.

**O que nos conduz ao problema do alcance das reformas que um governo Lula, se eleito, poderá realizar?**

Creio que temos alguns companheiros que ainda sonham com um governo Lula estilo uma prefeitura: o governo Lula vai fazer um plano bem feito de reforma agrária, vai apresentar para os trabalhadores e no transcorrer dos quatro anos implementá-lo bonitinho, corretamente, sem corrupção; aí chegaremos, ao final do governo, felizes, assentando 800 mil famílias.

Minha visão é bem diferente: um processo de reforma agrária é necessariamente conflituoso. É um processo que exige permanente organização dos trabalhadores. Seria impossível, mesmo que tivéssemos um governo de unanimidade nacional, realizarmos uma reforma agrária como a aplicação eficiente de um plano bem concebido. Um governo federal está no centro da luta de classes. E a reforma agrária é o centro da luta de classes no campo. Vai existir uma tensão permanente entre os latifundiários que detém o poder político e os trabalhadores.

A vitória de um governo Lula, mesmo que eleitoral, adquire, nos marcos da luta de classes no Brasil, a conotação de uma vitória política fantástica, que altera completamente a correlação de forças na sociedade. Isso transfere aos trabalhadores organizados um clima de poder e de possibilidade de avanço. As massas minimamente organizadas ou sobre a influência de suas organizações tem um faro impressionante para a luta de classes, para a correlação de forças, que faz com que elas aumentem a mobilização.

Creio que a vitória eleitoral do Lula vai transformar a correlação de forças e vai criar esse clima de otimismo e de possibilidade de vitória em outros campos, facilitando muito a mobilização e organização amplas. Poderemos aí, muito mais rápida e amplamente do que qualquer plano de governo possa prever, implementar as mudanças que o campo precisa. Os trabalhadores vão ser impelidos a tomarem em suas mãos esse processo de reforma agrária e não só ficar esperando por um decreto presidencial.

Nesta perspectiva, o governo Lula não vai fazer tudo, mas vai ser um governo democrático e popular. Não há possibilidade de um governo reformista. Um governo reformista seria cooptado pela burguesia e se transformaria em um governo tipicamente burguês. A única chance que o governo Lula tem é adotar o caráter democrático e popular. E ao fazer isso, ele se transforma numa espécie de governo de transição, para transformações maiores que exigem mais tempo e que certamente advirão num marco de maior amplitude ainda da luta de classes no Brasil. □



Margaret Bourke-White

## A questão agrária hoje

A coletânea organizada por João Pedro Stédeli - *A questão agrária hoje* (Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1994) - é bastante abrangente, abarcando, além de uma introdução do compilador, quatro blocos temáticos. Um primeiro aborda *A natureza do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro*, sendo integrado por textos de Jacob Gorender (um panorama mais amplo da introdução do capitalismo no campo), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (o quadro no final dos anos 80), José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay (ambos destacando mais o problema da agricultura familiar e sua relação com o restante da economia).

Um segundo bloco aborda *A importância e necessidade da reforma agrária*. Nele estão textos de Ademar Romeiro, José Graziano da Silva, Claus Germer,

Paulo Sandroni, José Gomes da Silva e Maria Emília Pacheco, onde cada autor explicita como vê as características básicas das transformações no campo. Um terceiro bloco, *A crítica à reforma agrária*, contém os textos de Geraldo Muller e Francisco Graziano Neto, que sustentam que uma ampla distribuição de terras hoje não tem mais razão de ser.

Finalmente, a quarta parte, denominada *Desafios dos movimentos sociais e luta de classes no campo*, com textos de Horácio de Carvalho, Claus Germer, Cândido Grzybowski, José Eli da Veiga e do próprio João Pedro situam a luta pela terra nos marcos mais estratégicos da luta de classes no país.

Este conjunto de textos constitui a referência fundamental para qualquer debate sério sobre a questão agrária na atualidade pela esquerda brasileira. □

O livro pode ser pedido através de cheque nominal à ANCA (Associação Nacional de Cooperação Agrícola), Rua Ministro Godoy, 1484 - Perdizes - São Paulo - SP - CEP 05015-900



# Nova jornada no ABC

GUSTAVO CODAS

**A**pós prolongado debate interno, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC estão discutindo uma campanha por uma nova redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução salarial, com limitações às horas extras e, o que é a grande novidade, propondo uma reorganização negociada do tempo de trabalho (ou seja, flexibilização da jornada através da negociação coletiva).

Promete bastante polêmica no movimento sindical cutista, mas também alavancar um novo ciclo de luta efetiva pela redução da jornada uma década após a última campanha nacional. Há que se destacar que é uma proposta que não pode ser mecanicamente estendida ao conjunto do movimento por conta das particularidades que lhe sustentam (tanto no setor industrial e na organização dos trabalhadores).

## Metas

Nas discussões realizadas a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais é combinada com a luta pelo aumento do nível de emprego e do valor de salário-hora.

Os cálculos dos técnicos mostram que no setor automotivo do ABC, ao passar à jornada de 40 horas, haverá aumento real de 10% no salário-hora, passando dos atuais US\$ 3,9 para 4,3.

Mas mesmo com esse aumento, está longe do Primeiro Mundo. Em 1990 o custo por hora da mão de obra na indústria era de US\$ 21,30 na Alemanha, 20,93 na Suécia, 16,29 em Itália, 15,25 na França, 14,83 nos EUA e 11,60 na Espanha.

Também, segundo os técnicos do sindicato se a jornada for reduzida imediatamente para 40 horas semanais o nível de emprego poderá ter uma elevação de 8,5 mil postos de trabalho nas montadoras e de 24 mil novos postos nas autopeças ao nível nacional.

A expectativa é que a redução da jornada possa significar um aumento de até 194 mil postos de trabalho em toda a cadeia produtiva ao nível nacional.

Trata-se, em fim, de aproximar o Brasil dos padrões dos países desenvolvidos. A jornada semanal estabelecida em convenções coletivas era em 1990 de 36 a 40 hs na Alemanha, 37 a 40 na Espanha, 35 a 39 na França, 35 a 40 na Grã-Bretanha, 36 a 40 na Itália, 35 a 40 na Suécia.

## Condicionantes

Na proposta são condicionantes para a negociação: a não redução do salário mensal (conseqüentemente o aumento do salário-hora); a expansão do nível de emprego (e a limitação efetiva do número de horas extras), e o controle do ritmo de trabalho pelos trabalhadores.

Este último é fundamental já que as empresas compensam a redução da jornada aumentando a intensidade do trabalho. Na proposta, qualquer modificação dos tempos de produção (e/ou do conjunto de atividades executadas por trabalhador ou grupo) deverá ser previamente informada, discutida, negociada e contratada com a Comissão de Fábrica e Sindicato, de forma a impedir o aumento de ritmo e a intensificação do trabalho.

Mas grande novidade da proposta é a de aceitar a flexibilização da jornada de trabalho sob certos parâmetros.

Aquí é necessário, primeiro, desmitificar o tema. A flexibilização da jornada já faz parte de cotidiano dos trabalhadores. A própria CLT determina que poderão ocorrer até duas horas extras, Licenças e férias coletivas são usadas em igual sentido.

As estatísticas mostram que quase 1 de cada 2 trabalhadores nos grandes centros faz horas extras e que não é sequer respeitado o limite máximo de 2 horas. Este tem sido um caminho para as empresas aumentar a produção reduzindo, ou não aumentando, o emprego, de forma unilateral, sem nenhuma negociação, num marco autoritário (e mesmo ilegal).

Frente a essa flexibilização selvagem o movimento sindical (incluído o cutista) tem apresentado pouca resistência. Ao contrário, com a reivindicação do aumento da remuneração das horas extras (Medeiros chegou a reivindicar 200%) alimenta a expectativa do trabalhador de "complementar"

seu magro salário com esse adicional (com o que se omite a luta pelo aumento do salário real) e facilita a estratégia patronal de flexivilização selvagem.

## Flexibilizações

A proposta dos metalúrgicos do ABC parte do reconhecimento de que uma certa flexibilização é uma necessidade da produção (e conseqüentemente das empresas). Porém, busca enquadrá-la a partir dos interesses dos trabalhadores. Formulam 6 alternativas de negociação, combinando elementos tais como:

- Redução imediata da jornada ou redução progressiva;
- Flexibilidade do horário semanal programada ao longo do ano ou a ser negociada ao longo do ano;
- Possibilidade de estabelecer turnos e setores flexíveis (ao interior de uma programação anual);
- Redução da jornada com ampliação e planejamento de férias coletivas.

Por exemplo, uma possibilidade é a redução imediata da jornada para 40 hs com flexibilidade de horário semanal programada ao longo do ano (isto é, negociado e estabelecido de uma vez): quatro meses a jornada seria de 40 hs semanais, em outros quatro de 36 hs e nos restante quatro de 44 hs, com o que as mudanças de jornada acompanhando a sazonalidade da indústria automotiva.

O salário a ser recebido, independente da jornada semanal, deverá ser equivalente ao da jornada de 40 hs.

A proposta reduz para 1.833 horas e 20 minutos a jornada trabalhada ao ano (frente as 2.016 horas e 20 minutos atuais). Dentro desta proposta são aceitas até 92 horas extras por trabalhador ao ano (5% da jornada anual). De forma a controlar as horas extras será estabelecido o acesso ao registro das mesmas pela representação sindical.

"Flexibilização" é um termo que genericamente temos associado ao projeto neoliberal. Porém, a proposta dos metalúrgicos do ABC se contrapõe à concepção neoliberal em vários aspectos cruciais:

- parte de ganhos para os trabalhadores;
- condiciona ao aumento do nível de emprego e ao controle do ritmo de trabalho pelas organizações dos trabalhadores;
- impõe limites (nunca se trabalha menos que 36 hs ou mais que 44 hs semanais, máximo este que é a jornada atual) e não aceita a "flexibilização salarial";
- limita definitivamente o uso das horas extras pelas empresas;

- coloca a programação da jornada variável sob controle dos trabalhadores e reforça a representatividade da organização dos trabalhadores.

Finalmente, sim, a proposta "dialoga" com a necessidade da produção (e das empresas) da sazonalidade da produção; mas numa nova correlação de forças favorável aos trabalhadores, a sua organização e suas propostas. Por isso podemos dizer: eis uma proposta de flexibilização não-neoliberal.

Gustavo Codas é assessor da Secretaria de Política Sindical da CUT

**Os metalúrgicos do ABC estão lançando uma campanha pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.**



Urbis IV, 1964, 65 - Maurício Solguero

## Contexto

A luta pela redução da jornada toma maior atualidade pela evolução da produtividade do trabalho na indústria automotiva, num marco de não crescimento do emprego, tal como mostra a tabela abaixo:

Ano	Produção (mil)	Emprego (mil)	Autoveículos p/trabalhador
1980	1.165,2	133,7	8,7
1988	1.068,8	113,0	9,5
1990	914,5	117,4	7,8
1992	1.070,4	105,9	10,1
1993	1.390,0	106,0	13,1

Igual tendência vêm se verificando no conjunto da indústria brasileira nos anos 90. A "Sinopse Industrial" (BNDES, abril/94) afirma que em 1993 houve "um aumento expressivo da produtividade-hora, em todos os gêneros de indústria, sem exceção. Para o total da indústria de transformação, este aumento foi de aproximadamente 18%, tendo superado 30% no caso dos gêneros Material Elétrico e de Comunicação, Material de Transporte e Mecânica". □



# Evolução da jornada de trabalho

MAXIME DURAND

A maioria dos países europeus, a palavra de ordem de redução da jornada de trabalho está no centro das atenções. No curso da última década (1979-1990) o PIB global dos cinco países da Europa aqui considerados (Alemanha, França, Itália, Inglaterra e Suécia) aumentou 2,2% ao ano. Este ritmo de crescimento da produção foi inferior ao da produtividade horária. Constatou-se em consequência que o volume de trabalho, definido como o número total de horas de trabalho, caiu ligeiramente, no ritmo de -0,2% ao ano. Como é feita a divisão deste volume de trabalho entre os trabalhadores? A estagnação conduziu, inicialmente, a um crescimento do desemprego e, no que se refere aqueles que tinham um emprego, a um certo tipo de combinação entre redução da duração e aumento dos efetivos.

A redução da duração da jornada de trabalho de cerca de -0,6% ao ano cumpriu em parte o papel esperado: a manutenção da jornada no nível do começo dos anos 80 teria conduzido a uma perda suplementar de postos de trabalho e a um crescimento ainda mais rápido do desemprego na Europa. O número de trabalhadores empregados pode assim crescer cerca de 0,4% ao ano, passando de 99 a 103 milhões de pessoas (ver tabela 1).

Esta redução foi, entretanto, desigual e insuficiente. Como afirma Jacques Rigaudiat, "não é porque há desemprego que se deve reduzir o tempo de trabalho, é porque não se reduziu o tempo de trabalho que há desemprego".

## Situação disparatada

Pode-se deixar de lado a Suécia, onde a duração do trabalho mantém-se cerca de três horas por semana inferior aquela da França, e examinar os quatro grandes países europeus. É impressionante a especificidade de cada um deles, clara no estatuto da duração do trabalho, que é uma *variável política*.

A Alemanha se distingue dos três outros países na medida em que - com exceção de 1983/4, na saída da recessão de 1981/2 - a redução da duração seguiu uma tendência regular a baixa. A jornada de trabalho na Alemanha atingiu assim novamente o nível francês. Mas estas duas trajetórias não tem, evidentemente, o mesmo significado. Na França, com

a passagem para as 39 horas e a quinta semana de férias pagas, a duração anual do trabalho baixou massivamente em 1982, passando de 1886 para 1808 horas, o que representa uma queda de pouco mais de 4% em um único ano. Mas este movimento foi depois brutalmente interrompido, principalmente porque a duração legal tornou-se a duração efetiva; depois de 1983, a duração da jornada de trabalho permaneceu praticamente constante.

O mesmo fenômeno se produziu de maneira mais amortecida na Itália, onde, após ter recuado a um ritmo relativamente sustentado entre 1983 e 1985, a duração do trabalho se estabilizou, em um nível todavia inferior aquele de seus vizinhos. Mas é certamente a Inglaterra que apresenta o perfil mais atípico: a forte baixa ocorrida em 1980 e 1981 é o produto de uma mudança estrutural.

## O trabalho em tempo parcial

A duração do trabalho é uma noção difícil de medir, e estas dificuldades frequentemente remetem às particularidades nacionais. Uma das principais fontes de divergência provém do trabalho em tempo parcial. Constatamos, de fato, que o trabalho em tempo parcial está difundido de forma desigual no interior da Comunidade, já que a proporção de assalariados envolvidos vai de 5,2% na Itália à 30,9% na Holanda, para uma média comunitária de 13,7%. E quanto mais o trabalho em tempo parcial se difunde, mais sua duração média reduz-se em relação aquela de um trabalho em tempo integral (ver tabela 2).

A incorporação dos empregos em tempo parcial falseia, portanto, as comparações internacionais. Assim, a duração semanal do trabalho permanece superior às 40 horas para os assalariados empregados na Comunidade Européia em tempo integral. A duração média aparente é inferior a 38 horas apenas na medida em que ela leva em conta o tempo parcial. A comparação entre a França e a Inglaterra é particularmente reveladora: estes dois países parecem ter exatamente a mesma jornada semanal. Na realidade, para o emprego em tempo integral, a duração semanal na Inglaterra é de 43,6 horas, contra 39,9 na França.

Com exceção da Suécia, o tempo parcial desenvolveu-se por todas as partes de maneira importante. A taxa de progressão dos empregos em tempo parcial entre 1979 e 1989 atingiu uma média de 2,4% ao ano para o conjunto dos cinco países considerados, enquanto que o emprego total aumentou globalmente apenas 1,1% ao ano. A velocidade da difusão do tempo parcial é muito variável de um país para outro. É na França que esta progressão é mais rápida, porque a proporção de empregos envolvidos passou de 8,2% para 12% entre 1979 e 1990. 24% das mulheres ativas trabalham em tempo parcial em 1990, contra 17% em 1979. De maneira geral, o tempo parcial diz respeito majoritariamente ao emprego feminino, em uma proporção que vai de 65% na Itália a 91% na Alemanha (ver tabela 3).

Ao lado do crescimento do tempo parcial, há outra tendência importante: *aparte de mulheres no emprego aumentou em todos os países estudados*, em uma proporção que vai de dois a quatro pontos do emprego total.

Para compreender como se combinam estas duas tendências, deve-se avaliar a distribuição do volume total de trabalho entre homens e mulheres, que dá uma idéia mais precisa da repartição das horas de trabalho. Este cálculo permite avaliar melhor a participação real das mulheres na atividade econômica, que a simples contagem dos efetivos aborda de forma apenas aproximada - e esta contribuição é muito inferior. Na França, as mulheres ocupam 42,3% dos empregos, mas realizam 36,7% das horas de trabalho. Estas proporções são respectivamente de 40,7 e 33,2% para o conjunto dos cinco países europeus. Esta diferença de avaliação não conduz, entretanto, a questionar o aumento da participação das mulheres.

## A evolução do emprego

O papel desempenhado pelo crescimento do emprego em tempo parcial entre as mulheres como meio de repartir o

"Espaço - Vibração" - Yutaka Toyota



Tabela 1

### PIB, volume de trabalho e efetivos

Países	Taxa de crescimento médio anual de 1979-1989 em %				
	PIB	Total de horas trabalhada	Efetivos	Duração anual do trabalho	DAT em Horas em 1990
Alemanha	1,9	-0,1	0,5	-0,6	1663
França	2,3	-0,7	0,1	-0,7	1678
Itália	2,4	0,1	0,4	-0,3	1727
Inglaterra	2,3	-0,2	0,5	-0,7	1638
Suécia	2,0	0,9	0,7	+0,2	1480
Os 5 países	2,2	-0,2	0,4	-0,6	1665

Tabela 2

### Duração semanal do trabalho em 1989

	Período integral	Tempo parcial	Média	% tempo parcial
Alemanha	40,3	20,7	37,7	13,0
Bélgica	38,1	20,4	36,0	11,7
França	39,9	21,9	37,7	12,2
Itália	38,6	24,9	37,9	5,2
Holanda	39,1	16,5	32,1	30,9
Inglaterra	43,6	17,3	37,7	22,6
CEE	40,6	19,2	37,6	13,7



volume de trabalho e de reduzir a duração média do trabalho aparece como um traço marcante da última década. Sua amplitude fica ainda mais clara pelo exame do balanço da criação de empregos entre 1979 e 1989.

Constatamos que a estrutura por sexo dos quatro milhões de empregos líquidos criados nestes cinco países considerados não é em nada comparável aquela do conjunto da população ocupada (ver tabela 4). Esta criação líquida foi, de fato, obtida pela destruição de 732 mil empregos ocupados por homens, mais do que compensados pela criação de 4,7 milhões de empregos femininos. O crescimento do emprego de mulheres é acompanhado, portanto, na Europa, de uma diminuição absoluta do número de empregos ocupados por homens. *Essencialmente a França e a Inglaterra que se encontram na origem deste fenômeno.*

O segundo dado importante é que 83% dos empregos líquidos criados na Europa são empregos em tempo parcial. Este resultado encobre em grande medida o precedente, na medida em que o emprego em tempo parcial e o emprego feminino são duas características estreitamente ligadas.

### O recuo do pleno emprego

Sobre isso, a França e a Inglaterra ocupam também uma posição especial, pois o número de empregos em tempo integral recuou nestes dois países entre 1979 e 1989, em 649 mil postos (3,2%) na França e em 332 mil (1,6%) na Inglaterra. Na Alemanha, o tempo parcial representa quase metade da criação de empregos, mas ele desempenha um papel secundário na Itália e na Suécia.

Pode-se delinear uma visão ainda mais sintética da partilha por sexo do volume de trabalho raciocinando em número de horas. Entre 1979 e 1989, o volume de trabalho masculino baixou de 6,5 bilhões de horas, um recuo que corresponde ao essencial à supressão de empregos em tempo integral. Ao mesmo tempo, o volume de trabalho ocupado por mulheres aumentou 3,3 bilhões de horas, mas 2/3 deste aumento corresponde a empregos em tempo parcial.

Esta configuração aparece novamente particularmente acusadora na Inglaterra e sobretudo na França. Neste país, um balanço ainda mais detido mostra que o volume de trabalho recuou em 2,7 bilhões de horas correspondendo ao essencial à supressão de empregos masculinos. Cabe às mulheres 250 milhões de horas de trabalho suplementares, que correspondem a menos de 140 mil empregos em tempo integral. Assim, na França as mulheres ativas, cujo número aumentou em 900 mil neste período, tiveram que dividir um volume de trabalho que cresceu muito pouco. Isto apenas foi possível porque 81,5% dos empregos femininos novos criados foram empregos de tempo parcial.

*O crescimento do desemprego não levou a se fazer da atividade das mulheres uma variável de ajuste: a aspiração ao emprego das mulheres permaneceu suficientemente forte para que seu "retorno ao lar" não cumprisse este papel. Mas*

a contrapartida desta evolução favorável é o lugar importante ocupado pelo emprego em tempo parcial na criação de empregos para as mulheres.

### Reduzir a jornada de trabalho

O exame desta última década destaca a absoluta necessidade de uma redução massiva do tempo de trabalho. O balanço mostra que o capitalismo europeu não dispõe de potencial de crescimento suficiente para uma criação de empregos suficientes para fazer recuar o desemprego. Mas mostra que o trabalho em tempo parcial das mulheres jogou um papel chave, bem mais importante do que se poderia pensar, de tal forma que se desenha uma alternativa muito clara. A continuidade das tendências atuais tende inexoravelmente a polarizar a população ao redor de três situações típicas: o desemprego crescente, o emprego masculino em tempo integral e o emprego feminino em tempo parcial, evidentemente com todo tipo de posições intermediárias de trabalho precário.

A redução massiva da jornada de trabalho representa uma perspectiva oposta: oferecer trabalho a todos e todas, homogeneizando a situação de homens e mulheres. É portanto uma reivindicação socialista e feminista global, que carrega uma aspiração profunda à igualdade, e que deverá servir de coluna vertebral de uma concepção alternativa de Europa. □

Tabela 3

### Emprego das mulheres e tempo parcial

Em %	Tempo parcial no emprego		Participação das mulheres 1989
	1979	1989	
Alemanha	11,4	13,2	90,5
Austria	7,2	8,8	88,8
Bélgica	6,0	10,2	89,6
Dinamarca	22,7	23,7	79,4
Espanha	-	4,8	77,2
França	8,2	12,0	83,1
Grécia	-	5,5	65,7
Irlanda	5,1	8,1	68,2
Itália	5,3	5,7	64,7
Noruega	25,3	26,6	81,8
Holanda	16,6	33,2	70,4
Portugal	7,8	5,9	69,8
Inglaterra	16,4	21,8	87,0
Suécia	23,6	23,2	83,7
CEE	9,6	13,2	82,9

Tabela 4

### Variações do emprego entre 1979 e 1989

	Tempo total (em milhares)			Tempo parcial (em milhares)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Alemanha	1443	405	1037	699	69	630
França	116	-791	907	765	26	739
Itália	775	-98	874	83	-32	114
Holanda	1326	-260	1586	1660	478	1183
Suécia	286	11	275	60	35	24
Os 5 países	3946	-732	4679	3267	576	2691

# Alec Nove 1915-1994

MARIE LAVIGNE

**O** mais célebre dos soviétólogos ocidentais faleceu no dia 15 de maio de 1994, vítima de uma crise cardíaca, quando voltava de São Peterburgo, sua cidade natal, para Glasgow, onde vivia há várias décadas. Professor emérito da universidade desta cidade, ele percorria o Leste e o Oeste, apaixonado pela transformação do mundo do qual ele era um dos maiores especialistas, partilhando seu entusiasmo e sua experiência em múltiplos colóquios e reuniões. A idade não parecia tê-lo afetado e os especialistas estavam habituados a considerá-lo como imortal. Na Universidade de Glasgow, ele foi por muito tempo diretor do *Institute of Soviet and East European Studies*, coração histórico da soviétologia britânica, e redator chefe da revista *Soviet Studies*.

Sua volumosa obra tem registros muito varia-

dos: economia do sistema planificado mas também da economia pública ocidental; história; ciência política; e mesmo incursões na literatura e na história da música. Os seus títulos mais conhecidos são *An Economic History of USSR*, publicado em 1969 e muitas vezes reeditado pela Penguin Books; *Economics of Feasible Socialism*, publicado em 1983 (ed. bras.: *A economia do socialismo possível*. SP, Ática, 1989); e *Soviet Economy* (ed. bras.: *A economia soviética*. RJ, Zahar, 1963). Sua obra de maior repercussão junto ao grande público foi *Was Stalin Really Necessary?* (London, Allen & Unwin, 1965); a necessidade histórica de Stalin foi um tema retomado depois, em *Stalinism and After* (London, Allen & Unwin, 1975) e em 1993 com *The Stalin Phenomenon* (London, Weidenfeld & Nicholson).

Como resumir a linha geral desta obra? Atitude pragmática baseada num conhecimento enci-

clopédico das fontes primárias, recusa de alinhamentos doutrinários (sua crítica repetida da aplicação da abordagem econômica neoclássica aplicada aos países do Leste lhe valeu muitas inimizades e ataques), preferência por um socialismo realizável, mas jamais realizado. A isso se agrega um espírito brilhante, um orador com o domínio de meia dúzia de línguas (ele ensinou em várias universidades francesas), uma curiosidade insaciável sobre os fatos e as pessoas. Deixemos para ele a palavra final, que encerra sua história econômica da URSS: "O sistema soviético está morto, sua história está terminada. Aquilo que o substituirá terá uma designação, uma ideologia, uma estrutura totalmente diferentes. E um autor completamente diferente para descrevê-lo." □

Publicado no *Le Monde Diplomatique*, junho de 1994



# Trabalho, família e creche

NALU FARIA E MÍRIAM NOBRE

**A mulher é penalizada no emprego quando tem que abandonar o trabalho, pagar creches, aceitar empregos precários em tempo parcial.**

**A manutenção dos países tradicionais da mulher na família tem limitado o potencial emancipador da sua entrada no mercado de trabalho.**

A participação das mulheres brasileiras no mercado de trabalho aumentou nos últimos anos. Em 1980, 26,5% das mulheres maiores de dez anos foram consideradas economicamente ativas. Em 1990, este número subiu para 39,2%, 23 milhões de mulheres, sendo 18 milhões nas cidades. Elas são hoje parcela decisiva da classe trabalhadora assalariada.

A entrada no mercado de trabalho sempre foi considerada um elemento fundamental para a conquista de uma maior autonomia pessoal das mulheres e a redução da sua dependência e subordinação aos homens no interior da família. Mas este potencial emancipador vem sendo em grande parte limitado porque *as mulheres continuam mantendo seus papéis tradicionais no seio da família*, como principais responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos.

Estes papéis - e em especial as conseqüências da maternidade nas condições em que ela é exercida na nossa sociedade - determinam uma inserção das mulheres no mercado de trabalho em condições mais desfavoráveis que os homens.

## Formas de desigualdade

Há pelo menos quatro formas mais claras pelas quais a mulher é penalizada na sua presença no mercado de trabalho por se dedicar mais ao cuidado das crianças e da família.

**O abandono do trabalho.** Muitas mulheres simplesmente tem que deixar de trabalhar quando têm filhos. Isto pode ser verificado quando observamos o número de trabalhadores por faixa etária. Enquanto os homens ampliam sua presença no mercado de trabalho conforme vão amadurecendo, as mulheres apresentam um certo refluxo entre os 24 e 30 anos. Nas regiões mais industrializadas, o pico de atividade feminina está na faixa de 20 a 24 anos - certamente em razão do peso do emprego industrial, onde costumam ser discriminadas, na maioria dos ramos, as mulheres que não são jovens e solteiras. Esta saída do mercado, mesmo que temporária, dificulta o posterior retorno ao trabalho assalariado.

**A mercantilização do cuidado das crianças.** Este refluxo em certas faixas etárias não quer dizer que as mulheres mais velhas e casadas não trabalhem. Aquelas que têm maior nível de escolaridade e recebem o suficiente para pagar escolinhas, escolas período integral ou empregadas domésticas que cuidam das crianças, arcam privadamente com estes custos para poderem permanecer no mercado de trabalho. As mulheres de famílias muito pobres e as chefes de família, também, mas aí os arranjos são outros (ver box).

**A precarização do emprego.** As mulheres, muitas vezes, abrem mão de empregos formais, com horários regulares de trabalho e distantes do local de moradia, que dificultam a conciliação com as "responsabilidades domésticas". Acabam "optando" por atividades informais, trabalhos no domicílio e mesmo o assalariamento sem registro. Embora flexíveis o suficiente para compatibilizar família e trabalho, estes serviços são, em geral, pior remunerados, mais instáveis e sem garantias trabalhistas. Em 1990, pouco mais da metade

das mulheres empregadas no Brasil tinham carteira assinada. No emprego agrícola, apenas 17,7% das mulheres eram registradas. Das mulheres ocupadas, 48,5% contribuíam para a previdência social. No mesmo ano, considerando as pequenas unidades de produção, que ocupam até cinco pessoas, 82,8% dos trabalhadores que localizam seu trabalho no domicílio em que moram eram mulheres. Destas, 20,3% são chefes de família e 65,2% são esposas.

**O trabalho em tempo parcial.** A "escolha" por jornadas parciais de trabalho também é uma saída. Os bancos, com jornadas diárias de 6 horas, são um bom exemplo. As mulheres só puderam fazer parte da categoria a partir de 1960 e hoje já são 47%. No entanto, 80% delas encontram-se em cargos subalternos. Um dos motivos é que os cargos de chefia exigem jornadas mais extensas e maior dedicação ao trabalho. Esta tem sido uma situação crescentemente difundida em certos países europeus (ver pgs. 18 e 19).

## Consequências

Assim, a situação familiar e os arranjos feitos para possibilitar o cuidado, as vezes mínimo, da crianças determinam a forma como as mulheres se movem no mercado de trabalho; sua profissionalização é quase sempre limitada pelo cuidado dos filhos. Elas tem muitas vezes que se contentar com empregos em que precisem investir menos que os homens. De outro lado, as mulheres se confrontam com um mercado de trabalho segmentado, em que a imensa maioria dos empregos a que elas tem acesso estão em profissões consideradas femininas ou em atividades não qualificadas, pior remuneradas e sem perspectivas de carreira.

Como conseqüência, as mulheres ganham, em média, a metade do que ganham os homens e 63,5% delas ganham até 2 salários mínimos, o que reforça a tendência a elas saírem do mercado se os salários dos homens melhoram. Para as mulheres negras a exclusão é ainda maior, concentradas no setor de serviços, especialmente no trabalho doméstico; a maioria das que trabalham sem registro, recebem, em média, a metade do que recebem as mulheres brancas.

A necessidade das mulheres fazerem arranjos para conciliar trabalho remunerado e em casa e a segmentação do mercado de trabalho demonstram que *o seu direito ao trabalho ainda é reconhecido de maneira apenas formal*, sem que sejam asseguradas as condições sociais que viabilizem o seu exercício; elas continuam sendo consideradas cidadãs de segunda categoria. Isso representa para a grande maioria das mulheres uma situação permanente de trabalho precário, em piores condições, menores salário, jornadas extensas.

A superação desta situação exige dois tipos de mudanças. De um lado, **políticas sociais de apoio à reprodução.** Isso significa universalização da educação dos 0 aos 6 anos, isto é, universalização do acesso às creches, escolas infantis e pré-escolas, que não podem continuar sendo consideradas como parte da assistência social mas sim uma primeira dimensão do direito à educação. Significa também acesso de todas as crianças à educação de período integral.

De outro lado, **uma intervenção ativa para romper a segmentação do mercado de trabalho** entre profissões masculinas e femininas, com medidas amplas de ação afirmativa, incentivos e penalizações de empresas, mudanças nas normas dos serviços públicos, políticas específicas de profissionalização das mulheres, de acesso à promoção e a cargos de direção etc. Elas devem ter acesso a uma maior diversidade de profissões e funções.

## Uma terra de ninguém

Antes da Constituinte a creche era amplamente vista como objeto da assistência social. No governo federal, esta atribuição cabia à LBA, símbolo do clientelismo e da corrupção, que repassava recursos para creches conveniadas. As políticas de assistência social focalizam populações de risco, e neste caso, as creches públicas só atendem crianças de famílias com renda inferior a uma faixa, geralmente 3 salários mínimos.

A Constituição de 1988 definiu *o atendimento em creche e pré-escola como direito da criança de 0 a 6 anos de idade e dever do Estado*. Apontou, portanto, para a universalização deste serviço, isto é, ele deve atender a todas as crianças, sem distinção. *Incluiu a creche e a pré-escola na competência da educação e descentralizou a gestão destes serviços*. Assim, *passa a ser atribuição dos municípios a execução direta da política de creches e do governo estadual o acompanhamento, avaliação e a ação direta supletiva nos municípios sem condições para garantir este atendimento*.



Romulo Fialdini



O setor de educação resiste em assumir como tarefa sua o atendimento de 0 a 6 anos. Afirmam que o orçamento destinado à educação prevê apenas as necessidades do ciclo básico, de 7 a 14 anos. Por outro lado, o setor de assistência, onde na maioria dos municípios permanece a rede de creches, afirma que devem priorizar o atendimento pelos limites impostos pela falta de recursos. *O atendimento de 0 a 6 anos é terra de ninguém, sem legislação que regulamente o funcionamento dos estabelecimentos particulares e nem políticas de financiamento definidas.* Algumas prefeituras, como a de Curitiba, buscam financiamentos da iniciativa privada através de bônus ou doações.

O empresariado legalmente tem responsabilidade no financiamento de creches para os filhos de suas funcionárias. A CLT e sua regulamentação obrigam as empresas com pelo menos 30 mulheres maiores de 16 anos a terem berçários próprios ou conveniados, para crianças de até 6 meses.

A organização das mulheres no interior do movimento sindical permitiu que se avançasse mais que a legislação nas negociações com as empresas. Vários acordos coletivos garantiram o direito à creche por períodos maiores que a amamentação, construção de creches, fiscalização de convênios, reembolso parcial ou total dos gastos com cuidados das crianças na forma de auxílio-creche. No entanto, o auxílio-creche tem servido como complementação de renda da família e, na maioria das vezes, não é direcionado para a educação das crianças.

### Descaso dos governos

Uma das análises mais completas do atendimento à criança de 0 a 6 anos no Brasil, foi apresentada pela Fundação Carlos Chagas em 1989, e publicada no livro "Creches e pré-escolas no Brasil", em 1993.

Em 1985, somente 23,2% das crianças de 0 a 6 anos das regiões metropolitanas freqüentavam creches ou pré-escolas, sendo mais da metade em escolas particulares. Em 1982, somente 11% destas crianças faziam parte de famílias com renda mensal inferior a 1 salário mínimo.

Os dados apesar de antigos revelam uma tendência que pouco se alterou. O número de creches existentes é insignificante e as crianças seguem sem a garantia de seu direito a assistência e ao cuidado.

No município do Rio de Janeiro, em uma população estimada de 600 mil crianças de 0 a 6 anos, cerca de 35 mil são atendidas em unidades diretas da prefeitura ou particulares conveniadas com a prefeitura. Dentre as 236 unidades, 44 estão desativadas por necessidade de obras ou falta de funcionários.

Em Porto Alegre as matrículas iniciais de 0 a 6 anos nas unidades diretas e conveniadas da prefeitura aumentaram em seis vezes em dez anos, mas ainda representam, somente, cerca de 8 mil crianças. E isso porque o número de creches passou este ano de 39 para 99, com a prefeitura assumindo convênios com 60 creches que antes estavam na esfera da LBA.

No município de São Paulo, a grande maioria das creches foi construída no início da década de 80, devido a pressão do movimento de mulheres organizado nos bairros. Durante a administração petista (88-92), o número de vagas em creches diretas e conveniadas cresceu 26%, permanecendo muito aquém do necessário. O município tem hoje 315 creches diretas e 365 conveniadas, atendendo cerca de 80 mil crianças, cerca de 15% da população alvo (hoje dos 0 aos 4 anos).

Todos os dados disponíveis mostram que a questão da creche e da educação dos 0 aos 6 anos até hoje não foi priorizada por nenhum governo, nem mesmo os do PT. Esta não é reconhecida, ao contrário de outras políticas sociais, como um prioridade ou mesmo um problema grave, sendo ainda considerada uma questão da família e da mulher.

### Creche como prioridade

Nestes tempos de ataque às conquistas dos trabalhadores e de desemprego crescente, o direito das mulheres ao emprego também está ameaçado. Muitas são empurradas para o trabalho informal, no próprio domicílio, com a justificativa de que poderão fazer seu próprio horário, ficar mais próximas dos filhos e da casa e ainda ganhar alguma renda. Os patrões se desobrigam dos direitos trabalhistas, de custos de produção como energia elétrica e água e o Estado se desobriga de políticas públicas e equipamentos sociais de apoio a reprodução. A volta das mulheres ao lar, mesmo que levando trabalho, é acompanhada de uma ideologia de reforço da família e do papel da mãe. Nossa luta contra a flexibilização



John Barras Walker

das relações de trabalho e garantia dos direitos conquistados tem na creche uma questão fundamental.

Este é, porém, apenas mais um aspecto da luta por universalizar a cidadania também para as mulheres. Os governos burgueses e o empresariado ignoram sempre que podem a educação dos 0 aos 6 anos, remetendo-a para o âmbito da família e dos arranjos individuais. Mas numa sociedade justa e solidária, a socialização e a educação das crianças não pode ser um problema "privado" das famílias, nem a condição feminina pode ser fonte de desigualdade e subordinação das mulheres.

Creches, pré-escolas e escolas em período integral públicas devem ter um projeto pedagógico que contemple a educação integral e que prepare a criança para os desafios colocados para uma ação criativa. Elas são pressupostos para romper com as falsas dicotomias entre público e privado, que coloca a família com o único espaço de afetividade.

As mulheres estão no mercado de trabalho e não querem sair dele. Elas querem garantir sua independência econômica, sua autonomia e reconhecem que o trabalho é um direito e uma condição de cidadania. □

**Há um completo descaso dos governos pela educação das crianças entre 0 e 6 anos.**

## Arranjos para poder trabalhar

*Quando andamos, na cidade de São Paulo, nos bairros de classe média e no início da periferia, chama a atenção o grande número de escolinhas, berçários, recreações infantis. Embora sejam, as vezes, lugares sem condições, pequenos, mal iluminados (pelo sol), habitados pelos próprios proprietários, essas "escolinhas" podem ainda ser consideradas boas opções para quem ganha um salário razoável. Custam num bairro de classe média, em período integral, em torno de 200 a 250 reais, sem incluir alimentação.*

*Agora se estamos nas regiões mais pobres da cidade, escutamos relatos como os seguintes:*

*- eu tenho uma creche com 30 crianças, mas não consegui convênio com a prefeitura, porque a casa está numa favela em área de risco. Então eu preciso ficar pedindo ajuda no bairro, porque o que as mães me pagam não dá para as despesas.*

*- Eu resolvi montar uma creche, depois de ver uma criança assassinada com um tiro perdido, enquanto a mãe estava no emprego. Mas ainda há as que não têm essa chance:*

*- Ah! eu pago pra minha sogra ficar com o meu filho.*

*- Meu filho de 10 anos cuida da menor, só que como ele estuda de manhã, ela fica sozinha até na hora do almoço. Mas ela já acostumou a acordar tarde, lá pelas 10 horas. Aí minha irmã que mora ao lado dá leite e pão e ela fica assistindo televisão e esperando o irmão chegar.*

*- Perto da minha casa tem uma mãe crecheira. A gente paga uma parte para o salário e uma parte para a comida e ela cuida de umas 10 crianças.*

*O Brasil é o campeão mundial de acidentes domésticos com crianças, consequência delas ficarem sozinhas em casa. Esses arranjos precários e essa situação são expressão da discriminação das mulheres e de uma total falta de compromisso da sociedade com as crianças, transformando-as na faixa mais vulnerável da população. É a expressão de um modelo de desenvolvimento que não respeita a pessoa humana e infringe cotidianamente os direitos básicos da maioria da população. □*



# Imperialismo ecológico

OSÉ CORRÉA LEITE

O movimento socialista está frente a um desafio: reconstituir uma visão de mundo coerente, que permita a melhor compreensão possível da sociedade e do planeta e integre os conhecimentos mais avançados a nossa disposição. As correntes dominantes do marxismo foram perdendo a superioridade que lhes permitia funcionarem como paradigma das ciências humanas e núcleos de uma concepção filosófica, solapando as referências teóricas anti-capitalistas hegemônicas na esquerda. Nenhuma alternativa de conjunto ocupou este espaço, de forma que estão aí se desenvolvem tanto esforços pontuais de renovação do materialismo histórico como a expansão de novos conhecimentos (como o feminismo e a ecologia). Assim, um centro do esforço teórico e político-ideológico da esquerda é articular estes desenvolvimentos, dando-lhes consistência interna e sinergia crescentes.

A ecologia é um fator decisivo da sensibilidade e do conhecimento científico atuais, sendo considerada até mesmo como o núcleo articulador de uma nova visão de mundo. Ela incide sobre um dos pontos débeis do materialismo histórico que compartilhou com o pensamento burguês uma idéia de progresso identificado com o desenvolvimento das forças produtivas e com o avanço da humanidade no "domínio" isento de responsabilidades sobre o meio ambiente. A natureza seria um substrato objetivo sobre o qual se desenvolveria a aventura da humanidade, uma fonte inesgotável de recursos que seria finalmente controlada.

Estas visões mostravam-se insustentáveis na medida em que a industrialização avançava e as relações entre sociedade e natureza explicitavam seu caráter predatório e gerava crises imprevisíveis. Hoje é inegável que as atuais relações que a humanidade estabelece com o meio ambiente não podem ser mantidas e que a dinâmica da parcela da natureza com a qual interagimos (isto é, hoje com toda a biosfera) *tem que ser integrada num mesmo corpo teórico que aquele voltado para a compreensão da sociedade*. O desenvolvimento do gênero humano é resultado da articulação de natureza e sociedade, com a natureza não podendo ser considerada uma "variável externa" à sociedade. E se considerarmos a biosfera como um "sistema" auto-regulado de enorme complexidade, como sustenta a hipótese Gaia, perceberemos que nosso entendimento deste processo ainda é muito parcial.

**O domínio Ocidental sobre o planeta só pode ser entendido analisando a dimensão ecológica da expansão europeia.**



É precisamente a análise da relação que a humanidade estabelece com outras formas de vida que está no centro do livro de Alfred Crosby, **Imperialismo ecológico. A expansão biológica da Europa: 900-1900** (SP, Cia das Letras, 1993). Lançado no Brasil no ano passado, ele não vem recebendo o destaque que merece no debate das ciências sociais e pela esquerda.

Integrando inúmeras contribuições localizadas numa análise global dos aspectos ecológicos, biológicos e epidemiológicos da difusão da cultura "ocidental", esta obra é particularmente útil para entendermos a forma como foi estabelecida a supremacia europeia e da nascente sociedade capitalista.

Crosby constata que ocorreu uma grande expansão dos povos europeus e de sua civilização para regiões como a América do Norte, o sul da América do Sul, a Austrália e a Nova Zelândia. Nestas áreas, foram estabelecidas autênticas Neo-Europas, com populações predominantemente brancas que reproduziram seus habitats e culturas de origem; entre 1820 e 1930 mais de 50 milhões de europeus emigram para outras regiões temperadas dos hemisférios norte e sul onde existiam colônias europeias. Como compreender este enorme sucesso histórico? Para o autor, ele só é obtido através do entendimento da dimensão biológica, ecológica, da expansão europeia.

## Cultura e biota

A força da obra de Crosby reside, antes de tudo, na compreensão ampliada que ela nos oferece do que pode ser considerada uma cultura e da evolução da nossa biosfera na relação com as diferentes sociedades (e não apenas o contrário). A obra de Crosby nos lembra que a cultura não é apenas o fruto do trabalho humano mas também o resultado do seu impacto biológico e ecológico, que muitas vezes até opostos ao pretendido.

Assim, cada sociedade desenvolveu-se, a partir do Neolítico, não apenas como agrupamento de seres humanos, mas associada a determinadas espécies e práticas agrícolas, à domesticação de certos animais, em contato inevitável com outros (como os ratos, por exemplo), favorecendo o desenvolvimento de certas ervas e prejudicando a sobrevivência de outras. Estes conjunto de seres vivos eram portadores de micróbios específicos, e conviveram com eles por séculos ou milênios. Biota é uma designação coletiva para estes organismos, distintos em diferentes sociedades.

Ora, as biotas e as sociedades das Neo-Europas são basicamente o produto da propagação e disseminação desenfreada do que Crosby chama de "biota portátil" europeia, que acompanhou os navegantes, comerciantes, conquistadores e colonos em suas andanças pelo mundo. "O sucesso da biota portátil e do seu membro dominante, o ser humano europeu, foi um trabalho em equipe de organismos que vinham se desenvolvendo em conflito e cooperação há muito tempo" (p. 258).

"Há pouco ou nada intrinsecamente superior a respeito dos

## A primeira grande extinção humana

Por si só, a biota europeia não teria tido condições de substituir biotas nativas vigorosas, se elas existissem. Crosby mostra que isso ocorreu porque as regiões temperadas das Américas e da Austrália tiveram parte de sua fauna nativa destruída pelos povos indígenas. Os europeus confrontaram-se com nichos ecológicos "esvaziados". A Europa fazia parte de um conjunto geográfico muito maior que suas futuras colônias e os seres humanos aí evoluíram por milhões de anos em conjunto com o restante da fauna e da flora. Ora, os seres humanos, os mais perigosos e implacáveis predadores do mundo, chegaram tardiamente à partes do planeta como a América e a Austrália, acabando com os grandes animais terrestres e empobrecendo terrivelmente os ecossistemas aí estabelecidos.

Quando os primeiros humanos chegaram à América, há mais de 40 milênios, havia aqui mamutes, enormes preguiças terrícolas, tigres de dentes de sabre, manadas de cavalos e camelos. Na Austrália, existiam grandes monotremados e marsupiais, como cangurus gigantes. E, na Nova Zelândia, os moas, pássaros de três metros de altura, dominavam o ecossistema. Diferente dos animais do Velho Mundo, esta fauna não estava acostumada à investida humana, "estavam tão mal equipados para se protegerem da agressão humana quanto as baleias nos dias de hoje" (p. 245).

Como explica Crosby, "no cômputo geral, o mundo perdeu mais tipos de grandes animais terrícolas nos mil anos próximos ao fim do Pleistoceno do que em qualquer outro período igualmente breve dos últimos muitos milhões de anos,

e em nenhuma outra região as perdas foram tão notáveis quanto nas Américas e na Austrália... Quando os navegadores chegaram, os campos e florestas dessas terras e ilhas depauperadas estavam mais suscetíveis à invasão de uma fauna alienígena do que quaisquer outro do mundo. Se estivessem tão densamente povoados com manadas de ruminantes e bandos de carnívoros - como haviam estado quando os primeiros seres humanos lá chegaram... - a disseminação e avitória dos animais europeus de criação, domesticados e selvagens, teriam sido lentas e exigido consideravelmente mais intervenção humana. O triunfo dos europeus, que até recentemente sempre dependeu de cavalos, gado bovino, carneiros e outros animais, também teria sido mais lento, talvez tão lento e discutível como o dos europeus na África do Sul" (p. 242/3). □



organismos do Velho Mundo” - lembra Crosby - “ em comparação com os da Neo-Europas. ‘Superior’, na realidade, é um termo que não faz sentido nesse contexto, exceto na medida em que um organismo se encaixa num dado ecossistema e outro não. Os organismos do Velho Mundo são quase sempre ‘superiores’ quando a competição se dá em seu meio ambiente natal. Daí...o sucesso da biota portátil em todo lugar em que o meio ambiente colonial foi europeizado... (Essa europeização) refere-se a uma condição de contínua perturbação e ruptura: de campos arados, florestas devastadas, pastagens exauridas e pradarias queimadas; de vilarejos abandonados e cidades em expansão; de seres humanos, animais, plantas e microorganismos que, tendo evoluído separadamente, são de repente colocados em íntimo contato” (p. 256/7).

### História ecológica

No livro, o autor segue uma certa ordem cronológica, tornando sua leitura agradável e acessível mesmo para aqueles pouco afeitos ao tema. Ele parte de um momento muito anterior a existência dos próprios seres humanos, há 200 milhões de anos, quando os continentes estavam unificados em uma única massa terrestre, chamada pelos cientistas de Pangéia, que oferecia uma só arena para a competição entre os seres vivos. Com a deriva dos continentes, a diversificação da vida ampliou-se ao extremo, desenvolvendo-se de forma independente em cada região isolada. “Nestes milhões de anos, os ancestrais do búfalo americano, do gado eurasiático e do canguru australiano percorreram, a passos e saltos, caminhos divergentes de evolução” (p. 21).

Os seres humanos surgiram na massa terrestre afro-eurasiática, aí desenvolveram suas culturas e migraram para terras onde eles eram até então desconhecidos, como a América e a Austrália. Enquanto o *Homo sapiens* se espalhava pelo planeta, a “revolução neolítica” no Velho Mundo (a descoberta da agricultura, a domesticação dos animais, o surgimento das cidades e da escrita, tudo aquilo que costuma ser chamado de civilização) propiciou o controle direto e a exploração de muitas espécies de seres vivos pelos humanos.

A biota que aí se formou propiciava vantagens comparativas para estas sociedades face aos povos caçadores e coletores que não haviam empreendido a revolução neolítica ou que a empreenderam depois e separadamente. Delas eram membros destacados não apenas os animais domésticos, mas também os fungos, bactérias e vírus que se desenvolveram como “doenças da multidão” ou “doenças da sujeira”, pouco presentes em povos nômades.

Mas a evolução ecológica relativamente independente em inúmeras regiões prosseguiu até muito recentemente em termos históricos, quinhentos anos atrás, quando os seres humanos iniciaram uma verdadeira unificação ecológica do planeta. Crosby analisa, então, as razões do fracasso das duas primeiras tentativas de expansão europeia, os escandinavos na Groenlandia e na América do Norte e dos cruzados no Oriente Médio; os diques de contenção e a arremetida europeia na Sibéria a partir do século XVII, uma parte do Velho Mundo particularmente inóspita à cultura do Ocidente cristão; a primeira experiência “bem-sucedida” de expansão da Europa sobre novas terras, no século XV, a colonização das ilhas da Madeira, dos Açores e das ilhas Canárias (estas habitadas e cuja população foi extirpada pelos invasores espanhóis até o século XVI); e as razões do fracasso dos europeus em colonizarem, antes do século XIX, as regiões tropicais do Velho Mundo, na África e na Ásia e mesmo se implantarem efetivamente nas florestas equatoriais do Novo Mundo.

### Ervas e animais

O núcleo teórico do livro de Crosby é a análise das três formas de vida - ervas, animais e doenças - que acompanharam os europeus em suas andanças e que explicam boa parte do sucesso de suas colônias nas regiões onde prosperaram.

As ervas são plantas que se espalham com rapidez e derrotam as outras na competição pelo solo alterado, plantas “agressivas” ou “oportunistas” associadas aos efeitos da agricultura e/ou da pecuária. Tendo se desenvolvido por milênios no Velho Mundo junto com o gado e em terras de agricultura, as ervas europeias puderam, em poucos séculos, substituir boa parte da vegetação original da Argentina, EUA, México, Brasil, Austrália ou Nova Zelândia.

Esta substituição de parte da flora das regiões temperadas por plantas europeias é explicada fundamentalmente pela difusão dos animais criados pelos europeus pelas novas regiões. Os habitantes do Velho Mundo domesticaram um

grande número de animais, muito maior do que os ameríndios ou os aborígenes australianos: cavalos, vacas, camelos, porcos, coelhos, cabras, carneiros, asnos, galinhas, gatos etc. Como afirma Crosby, “como estes animais se auto-reproduzem, a eficiência e a velocidade com que podem alterar o meio ambiente, mesmo em escala continental, é superior a de qualquer máquina que tenhamos até agora concebido” (p. 156).

A análise detida da difusão do porco, do gado bovino, do cavalo, da abelha-de-mel mediterrânea e dos indesejáveis ratos evidencia a eficiência destas criaturas em destruir o meio ambiente nativo das regiões temperadas em que aportaram os europeus e em terminarem reproduzindo o habitat de suas regiões de origem no Velho Continente.

### Doenças

O autor mostra como os germes existentes na Europa foram os principais responsáveis pela devastação dos indígenas e pela abertura das Neo-Europas a dominação demográfica dos colonos. Quando ocorrem “epidemias em solo virgem”, com “a rápida proliferação de patógenos entre pessoas que nunca haviam sido infectadas anteriormente”, as consequências são desastrosas, mesmo nos dias de hoje: uma única epidemia de gripe pode matar 15% da população de uma tribo. Os ameríndios “parecem jamais ter tido alguma experiência com enfermidades do Velho Mundo como varíola, sarampo difteria, tracoma, coqueluche, catapora, peste bubônica, malária, febre tifóide, cólera, febre amarela, dengue, escarlatina, desenteria amebica, gripe e uma série de manifestações helmínticas” (p. 177).

Crosby analisa a ação do vírus da varíola, hoje extinto, mas que o início do século XVIII era responsável por 10 a 15% de todos os óbitos na Europa Ocidental. Em suas formas mais virulentas, atuando “em solo virgem”, a varíola pode provocar uma taxa de mortalidade de mais de 50%, além de suas consequências desorganizadoras da economia e da reprodução da sociedade.

### Brasil: enxerto nos trópicos

A abordagem de Alfred Crosby dos últimos quinhentos anos da história humana constitui uma contribuição fundamental também para a compreensão da história e da sociedade brasileiras. Como lembra Luis Felipe de Alencastro numa resenha de *Imperialismo ecológico*, “o território brasileiro foi, está sendo, o teatro do maior e mais denso enxerto europeu nos trópicos”. A relação entre sociedade, meio ambiente e a cultura particular em formação no Brasil tropical sempre foi um tema bastante presente nas interpretações clássicas sobre a formação do país. Mas estas questões foram pouco tratadas pelas ciências sociais nas últimas décadas, com exceção do tema da Amazonia, e são quase desconhecidas pela esquerda.

A formação da nação brasileira é bastante recente, processando-se sobre realidades culturais e ecológicas muito diversas: a formação de uma Neo-Europa nos estados do Sul; o sucesso relativo da dinâmica sociedade capitalista brasileira cujo núcleo está estabelecido no Sudeste do país; o impasse histórico enfrentado pelo Nordeste desde a decadência da agricultura exportadora colonial (e neocolonial); a investida que hoje está sendo empreendida sobre a Amazônia, até há pouco impenetrável aos europeus.

Equacionar estes problemas é um desafio também para nós. A constituição de outra sociedade no Brasil depende de sermos vitoriosos não apenas na apresentação de uma alternativa ao capitalismo brasileiro, mas de construirmos outra cultura, outra civilização, baseada em novas relações sociais e novas relações com as formas de vida com as quais dividimos nosso território. □

**Os animais, plantas e micróbios que acompanharam os europeus foram sua grande arma contra as populações nativas.**

**As brotas nativas das Américas temperadas e da Austrália formam em boa parte substituídas pela brota europeia.**





# Governo Mandela abre nova etapa

BETI BURIGO

**A**pós décadas de luta armada, intensa mobilização social e quatro anos de negociação com o regime do apartheid, o movimento de libertação sul-africano conquistou o governo no primeiro processo eleitoral com participação da população negra.

O CNA (Congresso Nacional Africano), junto com o Partido Comunista Sul-Africano (SACP) e o COSATU (principal central sindical do país), elegeu Mandela presidente e 252 representantes na Assembléia Nacional, num total de 400 cadeiras.

## ON THE LAND



**E**ntrevista com Fareed Abdullah, Lucky Montana e Duncan Sebifelo, membros do Partido Comunista da África do Sul na Cidade do Cabo, sobre os debates em curso no Partido.

**Quais são as principais questões em discussão no SACP agora que o CNA dirige o Governo de Unidade Nacional?**

Em primeiro lugar, há uma discussão sobre o papel do SACP na implementação do Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (RDP). Nós vemos a adoção do RDP pelo CNA como uma vitória da esquerda. Isso apesar do fato de que o RDP foi esvaziado antes de sua aprovação.

Em segundo lugar, qual é nossa atitude frente ao CNA na nova situação? Jeremy Cronin (um influente membro do Birô Político do Partido) foi citado como tendo dito que a luta pela vida e pela alma do CNA começou no dia 29 de abril (o dia seguinte à eleição). Isso é correto.

A questão que nós temos que enfrentar é como combinar meios institucionais e não institucionais na luta pelo socialismo. Isso tem a ver com a definição do papel do SACP na transição para o socialismo. Ligado a tudo isso, está a necessidade de desenvolvermos nossa frente ao FMI e ao Banco Mundial.

Uma outra questão que nós estamos tratando é de como manter os membros do SACP no parlamento atuantes, o que é importante para determinar o caráter do CNA no governo. No COSATU um debate foi iniciado sobre a formação de uma articulação de parlamentares de esquerda.

Vocês não têm receio de ficarem presos a

Outro grupo identificado com o movimento, o Congresso Pan-Africanista também elegeu 5 deputados.

## Fim do apartheid

As eleições concluem uma etapa da luta de libertação. Foram precedidas da abolição da legislação que caracterizava o apartheid: a proibição, além do direito de voto, da sindicalização e propriedade da terra para os negros, segregação dos negros nos bairros, escolas, praias, proibição de casamento e relações sexuais entre brancos e negros, proibição de direito de residência nas cidades para os habitantes dos bantustões. Foram precedidas, também, por conversações com o FMI e acordos que incluem a manutenção da burocracia branca na máquina estatal, do exército do apartheid (com a incorporação da força armada do CNA) e da propriedade da terra, além da participação no novo governo do Partido Nacional e de todas as forças que obtivessem 5% dos votos.

O regime do apartheid deixa uma herança terrível de pobreza e desigualdades. A renda média dos brancos é 7,5 vezes maior que a dos negros, o desemprego entre os negros é 5 vezes maior que entre os brancos, pelo menos 50% dos negros são analfabetos (para 1% dos brancos). Na África do Sul, a opressão racial e a exploração de classe se confundem. Não é possível resolver os problemas da maioria negra de saúde, habitação, emprego e salário sem enfrentar os interesses e a resistência da elite branca e do capital internacional.

## Caráter do governo

Como o governo do CNA enfrentará essa realidade? Qual o significado da presença do Partido Comunista e do movimento sindical no governo?

Afora os limites impostos pelos acordos, o CNA não tem um projeto classista e uma definição pelo socialismo. Em entrevista à *Newsweek* (em 9 de maio), Mandela afirma: "Eu não sou (nem socialista, nem capitalista). Nunca defendi uma visão socialista. Há um item na Carta da Liberdade (o programa histórico do CNA) que diz que a riqueza do subsolo deve ser propriedade do povo. Esse é o princípio que nós encontramos em países como o Canadá ou Austrália. É verdade que nós defendemos algumas formas de estatização porque dissemos que íamos estatizar os bancos e os monopólios. Isso era ideológico. Mas por causa das críticas que recebemos, nós mudamos nossa posição."

Mas existe no país, dentro e fora do CNA, uma esquerda socialista e um movimento de massas (incluindo sindicatos, associações de bairro, juventude, mulheres) com forte tradição de luta que pressionarão num rumo anti-capitalista. E o programa de governo, chamado Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (RDP), contém elementos progressistas, de participação popular, controle sobre a economia e garantia dos direitos básicos da população. O desenrolar da luta e as possíveis mudanças na correlação de forças da África do Sul terão importante repercussão no cenário internacional. □

# A luta pelos rumos do CNA

**um processo onde estarão objetivamente contribuindo para a reestruturação do capitalismo?**

Reconciliação pode significar coisas diferentes para forças sociais diferentes. Nós certamente saudaríamos a reconciliação entre os alberguistas do Inkatha e os moradores das townships no East Rand. Também, em termos do nível de violência, um movimento pela paz é importante e não deveria ser rejeitado como uma iniciativa liberal. Não somos contra a reconciliação racial. A reconciliação é algo contraditório. Não é algo indiferente às questões de classe como o Partido Nacional e outros gostariam que acreditássemos. Reconciliação não será capaz de superar as agudas divisões de classe em nossa sociedade. O que nós não aceitamos são as tentativas de reconciliação dos oprimidos com uma ordem neoliberal.

Como evitar nos envolvermos num processo de fortalecimento do capitalismo apoiando a paz, o desenvolvimento e assim por diante? Essa é uma questão difícil. Nós do SACP não temos uma resposta pronta e acabada e seria uma tarefa importante para a Conferência da esquerda dizer algo sobre isso. É claro, haverá apelos de paz social de dentro do governo. Nós pensamos que é importante fortalecer as organizações de massa e promover os interesses de seus membros.

É fundamental ter como base a tradição do movimento de massas e assegurar a participação das massas no processo de transição. O RDP não pode ser cumprido, na nossa visão, dentro dos marcos atuais de propriedade, ou seja, no capitalismo, e portanto a luta em torno da implementação do RDP oferece a chance de alterarmos a atual correlação de forças.

**Qual a atitude em relação ao Governo?**

Essa é uma questão central a ser encarada pelo SACP. Apesar do CNA ser uma organização policlassista ela foi colocada no poder pelo voto dos trabalhadores. Esse é um fator objetivo que abre espaço para a luta pela definição de rumos do CNA. O CNA será forçado a prestar atenção a essa militância. De qualquer modo, o CNA não tem, no Governo de Unidade Nacional, plena liberdade para governar. Mas é importante, por outro lado, não cometer o erro de desprezar o significado da vitória do CNA nas eleições.

Haverá oportunidade para o surgimento de novas elites no serviço público e na indústria. Eles descobrirão interesses comuns com os que hoje têm privilégio nessas áreas. É por isso que alguns de nós temos insistido na necessidade de desenvolvermos um contrapeso de esquerda. Senão, o CNA poderia bem facilmente tornar-se um representante em alguma medida, senão por inteiro, dos interesses do capital. Por causa desse risco e da necessidade de um contrapeso fora do parlamento, nós vemos a Conferência da Esquerda como algo muito importante.

O futuro da Aliança entre o CNA, o SACP e a COSATU depende da capacidade da esquerda conquistar o coração e a alma do CNA. De todo modo, se e quando emergirem contradições entre, por exemplo, COSATU e o governo, isso certamente terá um impacto sobre a Aliança. Isso é uma questão de tempo. Há algumas pessoas no SACP dizendo que o Partido deve permanecer independente e desenvolver seu próprio programa. Mas a realidade da situação é que o RDP manterá a Aliança unida por algum tempo. □



# Africa do Sul: livres afinal!

PATRICK BOND

Nos dias de êxtase logo após as eleições, poucos militantes do CNA estavam preocupados com o caráter "semi-liberado" do Governo de Unidade Nacional (GNU) e a presença de várias figuras da nova "oposição" em Ministérios importantes - Interior, Finanças e no Banco Central. Nem pareciam preocupados com a extraordinária declaração de Nelson Mandela de alívio pelo fato do CNA não ter alcançado os 67% dos votos necessários para que pudesse sem o apoio de outras forças reescrever a Constituição conservadora.

Preocupantes são, sobretudo, as confrontações por vir com Inkatha (representante tradicional da etnia zulu) e com os africaners apoiadores do *volksstaat* (um Estado para os brancos). Apenas algumas dúzias de extremistas da direita foram temporariamente presos, e pode-se esperar uma nova série de explosões, sabotagens e assassinatos se perceberem a conquista do *volksstaat* como algo perdido.

E a confusão tomou conta da nova Assembléia Nacional e nos nove parlamentos provinciais, quando muitos dos novos parlamentares pareciam mais preocupados com salários e prestígio do que com levar adiante a luta de libertação.

## O programa e os problemas sociais

Mas, o que dizer dos problemas mais permanentes da economia, das desigualdades sociais, entre os sexos e das relações étnicas que perseguiram todos os movimentos nacionalistas vitoriosos na África? Que políticas concretas são oferecidas pela força de libertação mais amplamente apoiada na história mundial? Há na África do Sul um conjunto mais geral de lições para uma estratégia e tática da esquerda?

"Nós nos tornamos o partido majoritário com base no conteúdo do programa de 'Reconstrução e Desenvolvimento'", afirmou Mandela na noite esplêndida da posse. "Essa será a pedra fundamental que sustentará o Governo de Unidade Nacional. Eu conclamo todos os dirigentes que trabalharão neste governo a honrar este programa."

O Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (RDP), muito comentado pela imprensa, é na verdade bastante desconhecido nos seus detalhes e implicações. *The Economist*, por exemplo, observou com entusiasmo que o salário mínimo não era mencionado e que o financiamento do RDP seria feito através de "empréstimos do Banco Mundial". Nenhuma das duas observações é correta. O próprio Mandela disse à imprensa logo após as eleições que "não havia uma só palavra sobre estatizações" no RDP (outro erro) e que "nenhuma ideologia marxista" havia impregnado o documento (bastante discutível).

## Conter a radicalização

Para muitos no Partido Comunista (SACP), as palavras dissonantes e gratuitas de Mandela foram como um golpe inesperado. Langa Zita, um jovem líder da esquerda do SACP, reagiu dizendo que "Com essas palavras Mandela está rompendo com uma imensa parcela da militância do CNA."

Esse tipo de discurso refletiu também um esforço, às vésperas da eleição, para deter uma torrente de greves, ocupações de terra e outras formas de ação de massa - desta vez não pela mão de ferro das forças de segurança, mas através dos frágeis apelos do presidente do SACP, Joe Slovo, do ex-líder mineiro Cyril Ramaphosa e do governo de transição. Como era previsível, as tentativas de jogar água fria no descontentamento generalizado fracassaram. No final de abril e início de maio, os funcionários públicos exigiam o pagamento imediato de seus fundos de pensão e uma greve de 10 mil mineiros do ouro sucedeu uma passeata de 8 mil mineiros da platina.

O percurso errático do novo Presidente não afeta de fato as lutas em curso. Em muitos aspectos a esquerda tem mais razões para ver o governo e uma sociedade civil reposicionada com mais otimismo do que os moderados do CNA. É verdade que há continuamente recuos para posições mais conservadoras por parte dos pragmáticos nos altos escalões do CNA.

Mas a esquerda do CNA pode reivindicar três vezes independentes entre os vinte principais parlamentares: Pallo Jordan, o ex-secretário-geral do COSATU Jay Nidoo (agora Ministro com responsabilidade pelo RDP) e o ex-metalúrgico e liderança popular Moses Mayekiso. O PC tem dezesseis entre os primeiros cinquenta deputados do CNA.

## A evolução do Partido Comunista

Quanto de fato à esquerda está, entretanto, a esquerda do CNA? Slovo, autor do acordo de Sunset Clause, que no final de 1992 sinalizou o fim da política de ação de massas e a eternização da burocracia branca e masculina do apartheid, revelou seus moderados rasgos filosóficos ao redefinir "revolução" num debate eleitoral como "algo que vai do passado para o futuro".

O giro para uma postura social-democrata claramente de direita por parte de um setor do Partido Comunista bate de frente com a radicalização dos representantes dos trabalhadores nas empresas e com a esquerda nos sindicatos. Um dos pontos de conflito foi uma cláusula na constituição sobre o direito dos patrões fazerem lockout, pela qual Slovo se desculpou frente a uma manifestação operária em novembro, dizendo "que quando você veste um terno, às vezes você muda sua ideologia".

A estratégia pós-fordista defendida por antigos líderes do COSATU - rápida integração à economia mundial, relações de trabalho do tipo japonês, contrato social e assim por diante - é rejeitada em setores importantes (indústria automobilística, metalúrgica e do papel) pelos próprios trabalhadores.

## Reformas estruturais

Num outro rumo, uma corrente de esquerda na Aliança do CNA vem trabalhando com o que pode ser chamado de "reformas estruturais". Assim, ao invés de aceitar a lógica do capital, Langa Zita propõe "transferir certas áreas da atividade econômica da mediação do mercado para a mediação pela sociedade". Ou, como coloca o deputado Philip Dexter: "é preciso construir alternativas ao mercado capitalista, desmercantilizando alguns recursos e serviços".

Esse parece ser um esforço que dá resultados, como na área da habitação, onde sindicatos e associações comunitárias podem apoiar-se na lógica explicitamente não capitalista do RDP: "Mecanismos (tais como prazo para revenda, ou devolução obrigatória dos subsídios no caso de transferência de propriedade) serão introduzidos para barrar a especulação ou a desvalorização forçada dos terrenos". Dexter propõe "acesso cooperativo aos recursos econômicos. A moradia, por exemplo, poderia ser viabilizada através de associações, e oferecida como propriedade não vendável". Zita defende a propriedade coletiva da terra e a criação de bancos populares para o desenvolvimento. Mzwanele Mayekiso, do movimento popular, defende a necessidade de uma "adubagem socialista" de iniciativas de desenvolvimento comunitário centradas na organização popular. □





# Um palco em todos os espaços

NANI MARIANI

**H**á 16 anos a tribo de atores Ói Nós Aqui Traveiz destaca-se no cenário cultural de Porto Alegre. Não apenas como grupo teatral, mas principalmente pela presença em todos os momentos importantes da luta pela transformação de lugares em espaços democráticos.

Para eles um palco nunca foi o limite, presentes que estão nas ruas, portas de fábricas, escolas, penitenciárias, associações de bairros, hospitais, manicômios e tantos outros lugares onde possam levar o teatro como instrumento de discussão social. Acreditam numa arte popular revolucionária. Acreditam que o teatro pode tornar-se uma ferramenta de transformação social. Incentivam, neste sentido, a organização de grupos, através de oficinas, onde se desenvolve um trabalho de reflexão da realidade.

## Os Vários 'Palcos'

A partir de 1981 iniciaram as intervenções políticas nas ruas: "Um minuto para a paz e Nagasaki nunca mais"; "Zé da Silva e o FMI"; "Todos à Greve Geral" (86); "Goiânia nunca mais - Césio 137" e "Tributo a Chico Mendes", são bons exemplos do trabalho, sempre resultado das oficinas.

Outro espaço é a sua sede, a "Terreira da Tribo" (que leva toda a extensão do nome do grupo, mas assim é conhecida), criada para experimentação e pesquisa cênica. Sua organização é baseada no trabalho coletivo, tanto na produção de atividades teatrais como na manutenção do espaço. Na Terreira, desde 84

mantêm oficinas livres, oficinas de experimentação e pesquisa cênica. Através do projeto "Teatro como instrumento de discussão social", atuam também nas vilas e outras instituições, inclusive a Usina do Gasômetro (antiga Usina Termelétrica, hoje Espaço Cultural do Trabalhador).

O grupo também atua bastante no teatro sindical. Foi ela quem deu início, em 1992 à proposta de formação do Departamento Cultural da CUT/RS e participa ativamente do Coletivo Sindical de Cultura, junto com diversos sindicatos.

O Ói Nós ajuda a compor o Movimento Nacional de Teatro de Grupo. Levaram para o Festival de Teatro de Rua "Se não tem pão, comam bolo", já considerado pela crítica um dos três melhores espetáculos infantis no Brasil.

## Dr. Fausto

Também na Terreira estreou recentemente a segunda parte do projeto "Raízes do Teatro", iniciado em 90 a partir da encenação de "Antigo-

na, Ritos de Paixão e Morte", em cartaz até 92, período em que recebeu 11 prêmios estaduais.

"Raízes do Teatro" busca, através dos mitos, desenvolver a idéia de um teatro ritual ou de vivência, onde a ação cênica seja privilegiada e os espectadores vivenciem os acontecimentos. Rompe-se com a barreira do palco italiano (tradicional) onde, no escuro e sentado, o espectador fica passivo diante das cenas. No teatro de vivência persegue-se os caminhos que contam a história e a proximidade física propicia o contato, o envolvimento, que é inevitável.

"Missa para atores e público sobre a paixão e o nascimento do Dr. Fausto, de acordo com o espírito do nosso tempo", criação coletiva do Ói Nós, a partir da obra de Goethe, é assim. Conduzidos por Mefistófeles, a idéia é de que o público experimente as sensações de Fausto, ao invés de apenas observá-las. O percurso do cenário é feito em sentido circular, passando por ambientes nos quais se retorna, buscando uma idéia de ciclo de vida. Cada parte do percurso, cada detalhe do cenário e mesmo o figurino não se deu ao acaso. Foram trabalhados numa sequência lógica e repleta de simbologia. A própria insegurança do público em relação ao cenário, que o acaba desarmando, é planejada para destruir as "courageas" usadas no dia-a-dia. O espetáculo é sentido sensorial e fisicamente, através do contato com o som, cores, objetos, cheiros, toques, sabores e olhares.

Frase retirada de recente escrito do grupo, diz que "o Ói Nós Aqui Traveiz encena seu espetáculo pelos caminhos que nos conduzem à Idade Média, ao mundo, no tempo, no lugar onde aconteceu a paixão e o nascimento do Doutor Fausto". □



Alcemi da Rosa

# Greve geral contra Menem

GUSTAVO CODAS

**A**rgentina viveu no 6 de julho passado a maior manifestação política já feita contra o governo peronista-neoliberal do Menem, e foi arrancada para a organização da primeira greve geral com seu governo, em 2 de agosto passado, que conseguiu paralisar 70% dos setores urbanos em todo o país. Foi a "Marcha Federal", que partiu de diversos pontos do país e juntou no centro de Buenos Aires uma multidão que chegou a ser calculada em 80 mil pessoas, para questionar o modelo econômico vigente.

A dolarização da economia argentina depois de ter sido saudada por ter conseguido abater a inflação para níveis muito baixos, deixou seqüelas profundas na sociedade: a maior taxa de desemprego já vista no país, o aumento acelerado das importações e do déficit comercial, a crise no setor exportador, níveis de preços superiores aos do Primeiro Mundo, um violento arrocho dos recursos públicos para serviços básicos e para as "províncias" (equivalentes a nossos Estados).

Hoje, até os economistas neoliberais trabalham com dois cenários possíveis: ou fazer uma maxidesvalorização da moeda e provocar um novo ciclo

inflacionário, ou manter a paridade/conversibilidade com o dólar e jogar o país numa recessão profunda agravando o quadro acima descrito.

Frente a esse quadro e a iniciativa do Congresso dos Trabalhadores Argentinos (CTA) - central que surgiu em oposição ao oficialismo da Confederação Geral de Trabalhadores (CGT) - conformou-se com diversos setores sociais o Congresso do Trabalho e da Produção que congrega também associações de aposentados, organizações de pequenos produtores e de pequenos empresários e diversos setores da sociedade civil.

Confluíram assim reivindicações das "províncias" contra o arrocho de recursos centralizados pelo governo central, dos aposentados contra a privatização da seguridade social, dos trabalhadores contra a desregulação selvagem, dos pequenos empresários contra a política econômica, etc.

O tom da "Marcha" foi de unificação de todos os "humilhados e ofendidos" pelo modelo econômico. Ela veio na sequência do impacto causado pelo surgimento como alternativa política da Frente Grande nas recentes eleições para a reforma constitucional.

A Frente tem uma composição de centro-esquerda mas está sujeita aos problemas de um crescimento vertiginoso, e conseqüentemente, deve enfrentar

todos os desafios simultaneamente - sem ter firmado uma prática política nem um horizonte programático comuns.

No ano que vêm haverá eleições e o Menem já garantiu a reforma constitucional a possibilidade de sua reeleição. Esgotado o discurso de que apesar de tudo o governo conquistou o fim da inflação, colocase claramente a possibilidade de construir a alternativa política ao Menem. Setores do peronismo que já se apresentam como dissidência e do radicalismo (segundo maior partido) buscam um espaço de negociação com a Frente Grande - e pressionam contra a esquerda da Frente.

O movimento deflagrado pelo CTA surge como um contraponto ao precoce eleitoralismo que cresce na Frente Grande. "Você tem que assumir isto. É teu. Temos que sentar para conversar" disse Victor de Gennaro, principal dirigente do CTA ao "Chacho" Alvarez, principal figura nacional da Frente Grande, referindo-se à massa concentrada durante o ato central da "Marcha". A imprensa registrou apenas que Alvarez assentiu em silêncio. Ele tem preferido falar em reformar o modelo econômico de Menem e não atacá-lo frontalmente - como fez a "Marcha". Por enquanto, a iniciativa está com os setores sociais em movimento. □



# Sexo e cultura do sentimento

JURANDIR FREIRE COSTA

**A**mor e restos humanos, de Denys Arcand, e Quatro casamentos e um funeral, de Mike Newell, são filmes interessantes. Ambos tratam de um mesmo assunto: as relações afetivo-sexuais entre indivíduos urbanos. Mas a distância entre os dois é enorme. O primeiro descreve o que é; o segundo antecipa ou inventa o que pode ser. Em *Amor e restos humanos* a vida gira em torno do moderno mito da sexualidade. As personagens têm o sexo nos poros e gargantas. Tudo vem do sexo e chega ao sexo. O sexo é o "maná". Ordena a hierarquia do que se faz, do que se diz, e define quem é quem na cidade sexual; uns são "heterossexuais", outros "bissexuais", outros "homossexuais", outros "qualquer-coisa-sexuais" etc. A proliferação dos "sexuais" é infinita, pois, como todo mito, o mito da sexualidade está no princípio e no fim de todas as coisas. Em consequência, relações humanas e disputa pelo sexo tornaram-se sinônimos. Quem domina o sexo domina a si e ao outro. A posse do "maná" sexual dá ao proprietário o poder de reter ou distribuir sexo a quem quer e como quer. Quanto aos despossuídos, resta a submissão, a infelicidade ou a morte. O universo dos "seres sexuais" é desesperado, cruel, competitivo e insossamente monotemático. Sem sexo ou fora do sexo, tudo são "restos humanos".

## Sexo dessacralizado

No filme de Mike Newell ocorre o exato oposto. O sexo é dessacralizado. Sua nova visibilidade, entretanto, não é a do mistério que se revela, ofuscando os mortais. Tampouco é a do sexo científico, objetivado, desmembrado em conceitos e fórmulas, rapidamente posto a serviço da pornografia ou da publicidade. O sexo em *Quatro casamentos...* não é mais fetiche religioso, comercial ou científico. É algo simples sem ser banal; importante sem ser mortal ou vital. É assim como jogos e brincadeiras. Não podemos passar sem eles, mas aprendemos que nada neles deve ser levado muito a sério. As personagens de Newell fazem sexo e falam de sexo em tom lúdico, desmontando comicamente velhos totens e tabus sexuais. Numa dada cena, uma delas narra, com um riso lindo e cândido, como e quando teve relações sexuais com os 33 homens de sua vida. O mundo não vem abaixo, e o candidato a namorado, embora surpreso, não responde em tom de rivalidade narcísica.

Em uma outra cena, uma mulher pergunta à vizinha de mesa que acabara de conhecer se ela era lésbica, e tem como resposta "Fui lésbica na escola, durante 15 minutos!" Num outro momento, uma mulher observa que o irmão mais jovem do herói é um "gato" e um outro rapaz replica: "É..., eu também sempre achei!"

## Cultura dos sentimentos

O sexo faz rir, chorar ou gozar mas não qualifica ninguém de "qualquer-coisa-sexual" nem precipita os indivíduos no inferno da posse e do controle de "suas verdades sexuais". As personagens definem-se pelos sentimentos, e aqui está a novidade de Newell. Numa espécie de revolução "à inglesa", o diretor, sem espermeios, passeatas ou manifestos leva-nos a um romantismo de pés no chão, junto com sujeitos sentimentais adoravelmente simpáticos. Faz o que Neil Jordan procura fazer, mas com vidas e cotidianos ao alcance da mão. Propõe novos horizontes e fronteiras de sentimentalidades onde a sexualidade não seja despota e soberana. Em *Quatro casamentos e um funeral*, ninguém exibe a identidade com a etiqueta "sexual" colada ao nome ou à pessoa. Todos têm sexo, gostam de sexo, fazem sexo e

são sexualmente diferentes nas preferências e inclinações, mas ninguém é "isto-ou-aquilo-sexual". Não por silêncio ou recalque puritanos, mas porque o "sexo-rei", na história de Newell, ficou nu.

A mudança é sutil, porém vira de ponta cabeça nossos caoetes mentais. Sexo nada mais é do aquilo que podemos dizer dele. Podemos defini-lo como anjo, demônio ou meramente como um ingrediente agradável de nossa vida sentimental. Somos "seres sexuais" como podemos ser "seres sentimentais", mostra Newell. Basta uma leve volta do parafuso.

No filme de Denys Arcand, por exemplo, as amizades são pactos instrumentais de condenados do sexo. No filme de Newell, são laços autônomos em suas origens e objetivos. Às vezes são mais fortes e persistentes do que os laços sexuais. O romantismo amoroso, por seu turno, aposentado no filme de Arcand como obsoleto e ridículo, em Newell volta a trabalhar.

Mas, desta feita, contra o monopólio das imagens que tradicionalmente encamparam sua significação. A família ou a vida familiar não são mais as concessionárias exclusivas do amor romântico. Todos podem representá-lo, desde que apostem em sua viabilidade sentimental.

Por fim, a morte, que aparece em *Amor e restos humanos* como seqüela de desencontros, frustrações e obsessões sexuais, em Newell é término e apogeu de vidas amorosas exemplares. O funeral de um dos amigos mostra o que pode ser um ritual de adeus na "cultura dos sentimentos". A despedida, com trechos do poema "Two Songs for Heiddli Anderson", de Auden, comove, emociona e faz acreditar num mundo mais delicado, mais bonito e diferente para melhor.

## Novas referências

Newell inventa uma nova crença, cujos referentes, causas e justificações são colhidos no que é visto como irrelevante ou minoritário. Pinça nas frestas da cultura o que existe e não é notado ou o que é novo mas ouvido como música antiga. As parcerias amorosas dadas como exemplos são formadas por pessoas que se amam e não por "heterossexuais" ou "homossexuais", como costumamos ver em filmes sobre "maiorias" ou "minorias".

Do mesmo modo, o modelo do compromisso sentimental é o da promessa feita na encantadora cena do "happy end". Debaixo de chuva, "comme il fallait", Andie MacDowell e Hugh Grant invertem a fórmula canônica do casamento religioso, pondo o sexo e a lei sob as asas de novos desejos e sentimentos. Newell cria uma despreziosa "utopia do presente", desfazendo o nó que nos aprisiona ao exasperado mito da sexualidade. Mais do que isso, sua deliciosa história é protagonizada por gente como nós. O que muda é a forma preguiçosa e viciada de dizer quem somos. Seu olhar criativo viu sentimentalidades onde só vemos sexualidades.

Comparada à mesmice sufocante dos "sexos e restos", a fábula de Newell é puro oxigênio em terra poluída. Um convite aos melhores sentimentos; um doce sopro no coração. A democracia dos sentimentos, ele nos convence, é bem mais suave do que a tirania dos sexos. Por que não experimentá-la fora das telas? □

Jurandir Freire Costa é psicanalista e professor de Medicina Social da UERJ.

Agradecemos sua autorização para a reprodução do texto. Os intertítulos são da redação.

**Os filmes de Denys Arcand e Mike Newell tratam de maneiras opostas ao sexo e os sentimentos na vida moderna.**

**O sexo parece como os jogos e brincadeiras: não podemos passar sem eles, mas nada neles deve ser levado muito a sério.**





# Orçamento federal participativo



Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais Democráticas iniciou um processo de elaboração de uma proposta de democratização da formulação do orçamento federal através da participação popular.

Sob a coordenação do Instituto Cajamar, Fase e Instituto Pólis, o Fórum realizou nos dias 16 e 17 de julho o seminário nacional **Poder local, participação popular e construção da cidadania**, na escola sindical 7 de Outubro, em Belo Horizonte, com a presença de 210 participantes. Eram prefeitos, secretários e técnicos de 26 prefeituras, entre as quais as de Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Cuiabá (MT), Recife (PE), Florianópolis (SC), Goiânia (GO), Santos (SP), Campinas (SP), Natal (RN), Maceió (AL), Lages (SC), Vitória (ES), Betim (MG), Itabuna (BA) e Vila Velha (ES). Estavam presentes também representantes de câmaras municipais e de entidades ligadas aos movimentos sociais urbanos.



## Pauta

A atividade oficial do seminário consistiu em quatro mesas redondas:

- Concepções de democracia e participação popular na gestão pública, com Patrus Ananias, Jarbas Vasconcelos e Dante de Oliveira como debatedores;
- A reforma do Estado e a democratização do poder local, tema debatido por Amílcar Martins, Francisco de Oliveira, Tarso Genro e Maria Helena Castro;
- Políticas públicas e práticas emergentes de participação popular nas prefeituras democráticas, com Luis Soares Dulci e Darcy Accorsi; e
- A construção de uma nova cultura política, com Pedro Pontual, Paulo Freire, Renato Ortiz e Arles Caruso (da prefeitura de Montevidéu) como debatedores.

## Proposta aprovada

O seminário foi também um rico momento de troca de experiências na articulação política que propiciou. Um documento assinado por Gildo Lima (Porto Alegre), Humberto Tannús (Goiânia), Jupira Cauhy (Instituto Cajamar), Mariza Afonso (Belo Horizonte), Renata Villas Boas (Instituto Pólis) e Romeu Darós (Florianópolis) foi discutido e adotado pela coordenação do Fórum (ver texto abaixo).

Ele formula as diretrizes para a elaboração de uma proposta de orçamento participativo para o governo federal, a ser debatida e aprovada em um novo seminário ainda em agosto. Esta proposta será encaminhada, ainda antes das eleições, a todos os candidatos à Presidência da República. □

# Pela participação popular no orçamento público federal

**A** história recente ao País registra um dos maiores delitos contra o interesse público: a corrupção no Orçamento Federal.

O escândalo denunciado pela CPI, não apenas implodiu os esquemas de favorecimento ilícito envolvendo Parlamentares, Ministros, ex-Ministros, Governadores de Estado, mas trouxe a público o debate sobre a democratização do processo orçamentário para o conjunto da sociedade.

A desprivatização dos recursos governamentais, as transparências nas ações do Executivo e do Legislativo são condições para uma efetiva democracia no País, que se constroem com a participação da sociedade na definição das políticas públicas e nas prioridades nacionais, através do exercício da cidadania ativa.

A democratização do processo orçamentário tem implicações no próprio desenvolvimento econômico da Nação. A participação popular na elaboração, na implantação e no controle das políticas públicas é garantia de maior equidade e eficiência na alocação dos recursos governamentais.

Argumentos como a imprevisibilidade da economia brasileira e a complexidade de confecção da peça orçamentária, tem, historicamente, encoberto as disputas de interesse pelo dinheiro público entre os que detêm maior poder de

influência.

A radicalização democrática do Estado e da política exige a conjugação entre a participação direta da sociedade civil e a participação representativa nas decisões de governo, como forma de ruptura do abismo entre Estado e Sociedade e de controle permanente da cidadania sobre o que é de interesse público. É este o sentido da luta pelo Orçamento Participativo.

Neste momento em que estão em debate distintos projetos para o Brasil, a luta pelo Orçamento Participativo em âmbito federal é uma bandeira para todos os que estão comprometidos com a democracia e a construção da cidadania neste País.

Pressupõe:

1. Promover um amplo debate sobre as prioridades orçamentárias com a participação das entidades representativas da sociedade civil a nível nacional;

2. desencadear mecanismos de participação que articulem interesses e necessidades dos Municípios, Estados, Regiões e Federação no processo de elaboração, decisão e acompanhamento da execução orçamentária;

3. Viabilizar o intercâmbio e o acesso as informações, implantar instrumentos de prestação de contas, imprimindo transparência às ações de governo;

4. Devolver estudos de carências regionais nas áreas sociais para elaboração de políticas redistributivistas;

5. Avançar o processo de descentralização administrativa e financeira dos recursos federais, possibilitando maior controle social;

6. propiciar o debate sobre receitas e despesas da União, destacando a necessária transparência sobre as grandes rubricas, exemplo:

- pagamento dos encargos da dívida
- transparências às empresas estatais
- despesas com pessoal e encargos

Através desta contribuição inicial, a coordenação do Fórum Nacional sobre Participação Popular das Administrações Municipais Democráticas pretende sensibilizar os Fóruns que reúnem ONGs, movimentos populares, centrais sindicais, Prefeituras, Estados, para debater a viabilidade de articular conjuntamente uma ampla mobilização por um Orçamento Federal Participativo. □

*Belo Horizonte, 16 de junho de 1994*

*Contatos: Instituto Cajamar - (011) 437.3098  
c/Jupira Cauhy  
Instituto Pólis - (011) 820.6572 c/Renata  
Villa Boas  
Fase/SP - (011) 549.3888 c/ Flávio Jorge*